

Anais dos Trabalhos do GT História da Psicologia

Coordenação:
William B. Gomes
Sergio Dias Cirino



XIV Simpósio ANPEPP

Produção e Divulgação Científica: os desafios da interdisciplinaridade

Campus da UFMG
Belo Horizonte, 6 a 9 de junho de 2012

Apresentação

O Grupo de Trabalho História da Psicologia (GT) iniciou suas atividades em 1996, no VI Simpósio da ANPEPP, em Teresópolis, Estado o Rio de Janeiro. Suas origens remontam a intercâmbios promovidos pelo Núcleo de História da Psicologia da PUCSP desde 1983. O Grupo tem por objetivos a promoção do desenvolvimento da pesquisa e do ensino da História da Psicologia, o intercâmbio científico e acadêmico entre os pesquisadores do Brasil e do exterior, a realização de trabalhos conjuntos, a divulgação da pesquisa na área, e a preparação de material didático para cursos de graduação em psicologia. As atividades do GT são fortemente apoiadas pelo Núcleo de História da Psicologia da PUCSP, pelo Clio Psyché da UERJ, pelo Encontro Anual Helena Antipoff (Fundação Helena Antipoff/UFMG), pelo MuseuPsi (UFRGS), pela Revista eletrônica *Memorandum* (UFMG/USP-RP), pelo Projeto Memória do CFP, pelo Boletim da Academia Paulista de Psicologia, e por pesquisadores de vários estados brasileiros. Neste XIV Simpósio da ANPEPP, o GT História da Psicologia comparece com 23 trabalhos que serão discutidos tendo em vista o incremento de pesquisadores dos diferentes programas de pós- graduação no Brasil e outros países. Durante esses anos, o GT vem se renovando e recebendo jovens pesquisadores talentosos que escolheram a história da psicologia como área de pesquisa. Neste Simpósio, o GT homenageia três pesquisadores cuja trajetória de formação, desde os anos de graduação confundem com os primórdios e com a vida do GT. São elas as professoras doutoras Cristina Lhullier (UCS), Érika Lourenço (UFMG), e Raquel Martins de Assis (UFMG). Por fim, agradeço a colaboração e amizade dos colegas de GT a esta coordenação desde o XI Simpósio em Florianópolis, em 2006. Ao nosso novo coordenador, Sergio Dias Cirino (UFMG) as boas vindas e todo sucesso a frente desta gratificante função.

William B. Gomes

UFRGS

SUMÁRIO

	Página
William B. Gomes – <i>Apresentação.</i>	2
Adriano Furtado Holanda – <i>Da existência ao fenômeno: Esboço de uma história da fenomenologia no brasil.</i>	5
Alexandre de Carvalho Castro – <i>Industrialização, Aptidão e Avaliação: O ensino industrial e a emergência da psicologia aplicada ao trabalho no Brasil.</i>	9
Ana Maria Jacó-Vilela – <i>Centro e periferia: uma discussão em história da ciência.</i>	12
Cristiana Facchinetti – <i>Normal, anormal ou patológica? Ser mulher no Rio de Janeiro (1930 – 1945)..</i>	15
Cristina Lhullier – <i>Reflexões sobre minha trajetória de pesquisador em História da Psicologia.</i>	18
Denise Pereira de Alcantara Ferraz – <i>Memórias e História do Curso de Psicologia do UNISAL – Lorena/SP: Uma contribuição para a historiografia da Psicologia no Brasil.</i>	20
Érika Lourenço – <i>A escolha da historia da psicologia como área de pesquisa.</i>	21
Eustáquio José de Souza Júnior e Sérgio Dias Cirino – <i>Recepção da Instrução Programada no Brasil: o caso da Universidade Federal de Minas Gerais (1960-1980).</i>	24
Francisco Teixeira Portugal – <i>A psicologia e os professores da Primeira República.</i>	25
Helena Scarparo – <i>Psicologia há 50 anos: o jornal como fonte.</i>	28
Keyla Mafalda de Oliveira Amorim – <i>Determinações da política científica para a pesquisa em Psicologia no Brasil.</i>	31
Lidiane de Oliveira Goes – <i>Psicologia e o grupo de pescadores e pescadoras: configuração do campo de estudo e de intervenção.</i>	32
Maria Fernanda Costa Waeny – <i>Psicologia histórica: um estudo crítico.</i>	34
Maria Lucia Boarini – <i>Por uma “sociedade sem manicômios”. O sonho centenário.</i>	37
Marina Massimi – <i>História dos saberes psicológicos na cultura brasileira: tecendo os fios no tear do tempo.</i>	40
Piotr Trzesniak – <i>Rigor de conceitos, estruturação de teorias: desafios e necessidades para a Psicologia.</i>	43
Raquel Martins de Assis – <i>História da Psicologia no Brasil: uma trajetória de pesquisa.</i>	46
Renata Patricia Forain de Valentim – <i>As Escolas Normais da Corte e do Distrito Federal e a Emergência do Pensamento Psicológico no Brasil.</i>	48
Robson Nascimento da Cruz – <i>Em busca de uma história biográfica da Psicologia: B.F. Skinner e a organização comunitária da Análise do Comportamento.</i>	50

Rodrigo Lopes Miranda e Sérgio Dias Cirino – <i>O Laboratório de Psicologia Experimental: narrativas legais e científicas na Escola Nova mineira (Belo Horizonte, 1929-1946).</i>	51
Saulo de Freitas Araujo – <i>O manifesto dos filósofos alemães contra a psicologia experimental: introdução, tradução e notas.</i>	52
Savio Passafaro Peres – <i>A psicologia fenomenológica em Husserl e o problema da compreensão do “psicológico” como premissa do fazer histórico.</i>	53
William B. Gomes e Marlos Mello – <i>A psicologia Política de Victor de Britto (1856-1924).</i>	55
Cristina Lhullier, Daniela Ribeiro Schneider, Helena Beatriz Kochenborger Scarparo e Maria Stella Brandão Goulart – <i>Relatório do I Encontro de Pesquisadores em História da Saúde Mental: resultados e avaliação.</i>	58
Emails para contato com os autores/membros do GT	60

Adriano Furtado Holanda

DA EXISTÊNCIA AO FENÔMENO. ESBOÇO DE UMA HISTÓRIA DA FENOMENOLOGIA NO BRASIL.

*Laboratório de Fenomenologia e Subjetividade,
Departamento de Psicologia Universidade Federal do Paraná, Curitiba*

A Fenomenologia representa um marco não apenas da história da Filosofia, como também uma das mais importantes contribuições ao pensamento contemporâneo. Uma prova desta relevância pode ser facilmente observada a partir das múltiplas influências que a Fenomenologia exerceu e ainda exerce em numerosos campos do conhecimento. A proposta deste trabalho é apresentar o projeto de pesquisa sobre as raízes do pensamento fenomenológico no Brasil e seu desenvolvimento contemporâneo.

O projeto, ora em andamento, chama-se “História do Movimento Fenomenológico no Brasil”, e busca traçar o panorama da chegada, desenvolvimento e ramificações da Fenomenologia em solo brasileiro, a partir do destaque aos temas, obras e nomes dos primeiros leitores e difusores do pensamento fenomenológico no país, na expectativa de compreender o momento atual deste movimento.

As idéias fenomenológicas no Brasil encontram fertilização – em princípios dos anos 1910 – através daquele que podemos considerar como um “precursor”, Raymundo de Farias Brito (1862-1912), fundamentalmente a partir de duas de suas obras: *A Base Física do Espírito* (1912) e *O Mundo Interior* (1914). Deve-se, ainda, considerar o desenvolvimento das idéias “personalistas” que ganham espaço na filosofia brasileira, e que acompanham a entrada da Fenomenologia no país. Há que se destacar ainda, a presença da Filosofia Tomista (Pozzebon, 2010) e do Personalismo, como pensamentos que se aproximam do fenomenológico.

A Fenomenologia, propriamente dita, entretanto, somente ganha destaque a partir da década de 1940, com o que comumente se chama de “ideário existencialista” (Guimarães, 2000), em duas vertentes: uma, de reflexão filosófica (com relações estreitas com a filosofia do Direito), e outra, de reflexão psicológica, com significativas repercussões na psiquiatria (Paim, 1979, 1982, 1987, 2010; Capalbo, 2010; Pozzebon, 2010).

O projeto se constitui em torno de dois eixos de trabalho: a) Um levantamento bibliográfico referente aos primórdios desse movimento no Brasil, através da compilação de dados referentes aos autores e suas obras, e; b) uma análise das obras compiladas, cuja temática esteja relacionada à Fenomenologia. Uma leitura desse processo de chegada e consolidação da fenomenologia por seu ideário existencialista aponta para algumas das características desse movimento no país, e que nos remete à atualidade – em especial no campo *psi* – respondendo e justificando algumas das interpretações que este pensamento carregou até os nossos dias.

Destacamos algumas das consequências desse processo histórico, que serão analisadas em referência a alguns contextos: a) um dos impactos desse “ideário existencialista” é o fato que a obra precursora de Brentano e a filosofia seminal de Husserl (portanto, seus “fundamentos”) só vem a ser conhecidas tardivamente no Brasil – o primeiro texto de Husserl a ser traduzido no Brasil, será a *Sexta Investigação*, referente às *Investigações Lógicas* (obra original de 1900/1901), na antiga coleção *Os Pensadores*, no ano de 1976 –; b) outra consequência derivada desse processo histórico remete à não-consolidação de um “movimento” propriamente dito, derivado da apropriação extremamente diversa de temáticas e autores considerados sob a mesma alcunha de “fenomenologia” ou de “fenomenologia existencial”. O Existencialismo, portanto, representa a “porta de entrada” de filósofos e pensadores alinhados com a Fenomenologia. Assim, temos um conjunto de autores brasileiros que apresentam ao grande público essa temática, como podemos observar em Heitor Moniz (1948), no *O Que é Existencialismo*; Julio de Carvalho Barata, que no ano seguinte publica *Contra o Existencialismo de Sartre*; além de Alceu Amoroso Lima (1951) e Delfim Santos (1951), com – respectivamente – *O Existencialismo* e *Fundamentação Existencial da Pedagogia*. Os primeiros autores ditos “fenomenólogos” a serem conhecidos do público são Heidegger e Sartre que, no ano de 1953 conhecem suas primeiras menções, através de Silvio de Macedo e Hélio Lessa Sousa (Paim, 1979, 1982). Esses mesmos “fenomenólogos” somente terão originais traduzidos em 1966.

Decorre de tudo isto que as fronteiras entre os diversos pensamentos e pensadores fica prejudicada, diante do fato que muitas vezes são apresentados de forma similar; e, por fim, reflete-se sobre a indefinição de conceitos chave do pensamento husserliano, acarretando leituras simplificadas do mesmo nos mais diversos campos de aplicação. O projeto como um todo parte do reconhecimento dos primeiros leitores e difusores da fenomenologia no Brasil, e suas respectivas aplicações.

Talvez as primeiras referências diretas ao “ideário existencialista” possam ser ainda exemplificadas com as traduções de textos de Henri Bergson e Friedrich Nietzsche, entre 1938 e 1940. A primeira menção direta à fenomenologia surge – de modo muito breve, em publicação de 1941, de Euryalo Cannabrava, intitulado *Seis Temas do Espírito Moderno*. Nesta obra, Cannabrava (1941) os “temas” destacados são: o mito, o inconsciente, o nacionalismo, o progresso, o judaísmo e a metafísica. Conta ainda com uma última seção intitulada “Panorama da Cultura Moderna”. Neste livro, Cannabrava (1941) cita Bergson, Heidegger, Husserl, Jaspers, Marcel, Kierkegaard e Scheler. Sobre Husserl, especificamente – em suas palavras, um “mago da especulação abstrata” – refere-se brevemente a suas *Meditações Cartesianas* (no tópico sobre o judaísmo). Mais adiante – no item sobre metafísica – retoma-o, novamente de forma breve, assinalando que: “É inegável que existe entre Husserl e Heidegger mais do que uma afinidade, sobretudo no que diz respeito ao método, aplicado por ambos, mas observa-se entre o idealismo fenomenológico e a metafísica da existência uma diferença inicial bastante profunda, que se acentua na própria colocação dos problemas básicos (Cannabrava, 1941, p. 194-195).

Destacam-se, pois, referências ao pensamento fenomenológico em obras de autores da Filosofia do Direito, como Miguel Reale e Moacir Teixeira de Aguiar (Paim, 2010). De Miguel Reale, deve-se realçar seu livro *Filosofia do Direito*, de 1953, onde caracteriza o método fenomenológico em duas seções: “Análise fenomenológica da realidade jurídica” e “Da redução fenomenológica à reflexão histórico-axiológica”, que utiliza para fundamentar sua “Ontognoseologia Jurídica” e, finalmente, sua “Fenomenologia da Ação e da Conduta” (Reale, 1953). De Moacir Teixeira de Aguiar, Paim (2010) realça sua leitura do culturalismo jurídico, onde se remete a obras husserlianais, em tese defendida em 1958.

No campo da Filosofia pura, merecem destaque para alguns autores: Evaldo Pauli, Syrio Drummond, Vicente Ferreira da Silva, Leonardo Van Acker e Euryalo Cannabrava. O responsável pela possível primeira referência à Fenomenologia é o já citado Euryalo Cannabrava, com sua obra de 1941. Seguem-se outras com temáticas aproximadas, como *Descartes e Bergson* (de 1944) e *Ensaios Filosóficos* (Cannabrava, 1957). No ano de 1953, Syrio Drummond publica *Estudos de Filosofia. Do Conciente* (sic), onde trabalha temas da consciência basicamente a partir de estudos sobre as sensações (Drummond, 1943). Vicente Ferreira da Silva – que teve sua obra completa recentemente reeditada – publica: em 1948, *Ensaios Filosóficos*; em 1949, *Exegese da Ação*; e em 1950, *Dialética da Consciência*. Leonardo Van Acker representa a tradicional Escola de Louvain (Paim, 2010; Pozzebon, 2010) – que abraçou a obra husserliana – e foi responsável por ensinar filosofia na antiga Faculdade de São Bento, entre 1922 e 1969. Em 1946, pronuncia um curso, na forma de conferências, sobre a filosofia contemporânea, onde aborda o projeto husserliano (Van Acker, 1981). Por fim, temos Evaldo Pauli, com *Primeiras Luzes do Pensamento. Crítica Fenomenológica do Conhecimento*, publicado em 1965, que igualmente descreve o método fenomenológico como via de compreensão do juízo e do conhecimento (Pauli, 1965).

Diante desses dados históricos, uma das coisas que se destaca é o fato da aproximação com a Fenomenologia ser parcial, quando não “marginal”. Temos referências esparsas, indiretas e tardias. Isto tudo nos leva ao derradeiro ponto que é afirmar a Psicologia e a Psicopatologia como os primeiros campos onde a Fenomenologia encontra apoio direto. E para tal, dois nomes são centrais: Nilton Campos e Elso Arruda.

Nilton Campos formou-se em Medicina na Faculdade Nacional de Medicina da antiga Universidade do Brasil, voltando-se para a neurologia e a psiquiatria, sendo o primeiro profissional a dedicar-se em tempo integral à Psicologia (Cabral, 1964). Após sua especialização integra, já em 1924, a equipe da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, na época dirigida por Gustavo Riedel. Atua no Laboratório de Psicologia entre 1925 e 1937.

A partir de 1944 passa a exercer a cátedra de Psicologia Geral, na Faculdade Nacional de Filosofia, cátedra conquistada através de concurso, quando apresentou sua tese, preparada em 1945,

sob o título *O Método Fenomenológico na Psicologia* (Campos, 1945; Penna, 1992, 2001; Guimarães, 2000). Penna (1992) assinala o esforço de Nilton Campos para encaminhar empiricamente o método fenomenológico. Nilton Campos antecipa, já em sua tese, a potencialidade desse método para a pesquisa psicológica, além de assinalar a proximidade com vários aspectos da Psicologia da Gestalt, destacando, contudo, uma percepção crítica da apropriação desta escola do método fenomenológico.

Para efetivação de seu trabalho, Nilton Campos (1945) ressalta suas consultas às fontes originais de Brentano e Husserl. Sua tese está dividida em quatro partes: 1) Os *Fundamentos da atitude fenomenológica*; 2) A *Investigação fenomenológica descritiva em psicologia*; 3) A *Legitimidade do método introspectivo*; e, 4) As *Modalidades da natureza intencional da consciência e a distinção entre função e conteúdo*. Direta ou indiretamente, Nilton Campos antecipa uma discussão sobre o método “qualitativo” em pesquisa, que somente toma força na década de 1980.

O Prof. Elso Arruda, em 1933, ingressa na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, formando-se em 1938, e se doutorando em 1941. Em sua formação e, posteriormente como Assistente, trabalhou diretamente com o Dr. Henrique Roxo na Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina. Em 1946, fez concurso para Livre Docente de Clínica Psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina, ao qual foi aprovado. No ano de 1953, fez Concurso para a Cátedra de Clínica Psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina da Bahia (Salvador/BA), em 1953, aprovado, com a Tese *Ensaio de Psicologia e Psicopatologia Husserlianás* obtendo assim, o Título de Livre Docente de Psiquiatria.

De retorno ao Rio de Janeiro, foi Diretor do Instituto de Psiquiatria do Centro Psiquiátrico Nacional do Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde (Engenho de Dentro/RJ) de 1956-1961. Dentre suas inúmeras atividades, lecionou Psicologia na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como foi Professor Titular de Psicologia da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destaque-se, ainda, que o Prof. Arruda conta com registro de Psicólogo, sob o número 658, por Notório Saber.

De sua extensa bibliografia, vale destacar não apenas seus estudos clínicos e psicológicos, mas – além de uma leitura fenomenológica – a presença de temas “atuais” para o debate contemporâneo em Saúde Mental. Em artigo de 1975, intitulado “*Modelo Médico e Valores Humanos em Psicoterapia*”, destaca um conjunto representativo de autores de orientação fenomenológica, como K.Bühler, Heidegger, Scheler, Binswanger, V.von Weisszaecker e E.Minkowski (Arruda, 1975). Já em “*A Angústia e o Nada. Estudo ontológico-fenomenológico*”, de 1978, faz uma “indagação filosófico-ontológica sobre o ser e o ente” (Arruda, 1978, p. 75). Outro exemplo do espaço que a Fenomenologia ocupou em seu pensamento encontra-se em “*Patografia de Friedrich Wilhelm Nietzsche (Estudo Ontológico-Fenomenológico)*”, de 1985.

Sua maior referência ao contexto da Fenomenologia – e o que o torna um pioneiro na área – é sua Tese de 1947, intitulada *Ensaio de Psicologia e Psicopatologia Husserlianás*. A proposta desse texto – diz seu autor – é a de resumir a fenomenologia de Husserl em temas, aplicando-a à Psiquiatria, dando a esta “um novo modo de tratar seus problemas fundamentais e um meio de dar à psicopatologia uma base rigorosamente científica” (Arruda, 1947, p. I). Ao final, Arruda (1947) estabelece as seguintes proposições: 1. O método fenomenológico é considerado o único capaz de instituir uma ciência rigorosa para servir de base a todas as ciências. 2. Graças à aplicação do método fenomenológico, foi possível criar uma psicologia rigorosa, capaz de servir de base a uma forte psicologia empírica. 3. A aplicação da psicologia fenomenológica à psicopatologia, não só permitiu a confirmação da primeira como representou o maior progresso até hoje feito pela segunda. 4. Somente o perfeito conhecimento da psicologia e da psicopatologia fenomenológica (husserlianás) permitirá a instituição de uma psiquiatria como ciência rigorosa. 5. Graças à Filosofia Fenomenológica, a psicologia e a psicopatologia fenomenológicas pode ser criada a doutrina da Lebenswelt que será o campo da futura psiquiatria (p. 148).

Referências

- Arruda, E. (1947). *Ensaio de Psicologia e Psicopatologia Husserlianás*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, Salvador.
- Arruda, E. (1975). Modelo Médico e Valores Humanos em Psicoterapia. *Kriterion* (Belo Horizonte), Vol. XXI, No.68, pp.105-113.
- Arruda, E. (1978). A angústia e o nada. *Kriterion* (Belo Horizonte), Vol. XXIV, No.71, pp.74-94.

- Arruda, E. (1985). *Patografia de Friedrich Wilhelm Nietzsche (Estudo Ontológico-Fenomenológico)*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Arruda, E. (1995). *Resumo Histórico da Psiquiatria Brasileira*. Rio de Janeiro: JC/Ed.UFRJ.
- Cabral, A. (1964). Nilton Campos (1898-1963). *Jornal Brasileiro de Psicologia*, 1(2), p.3-12.
- Campos, N. (1945). *O Método Fenomenológico na Psicologia*. Tese apresentada à Cátedra, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro.
- Cannabrava, E. (1941). *Seis Temas do Espírito Moderno*. São Paulo: Panorama.
- Cannabrava, E. (1957). *Ensaios Filosóficos*. Rio de Janeiro: INL/MEC.
- Capalbo, C. (2010). A Filosofia e a Fenomenologia no Brasil Atual. Em Maria Celeste Natário, Antonio Braz Teixeira & Renato Epifânia (Coord.). *O Movimento Fenomenológico em Portugal e no Brasil* [pp.159-172]. Sintra: Zéfiro.
- Drummond, S.L. (1943). *Estudos de Filosofia. Do Conciente*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde.
- Guimarães, A.C. (2000). O Pensamento Fenomenológico no Brasil, *Revista Brasileira de Filosofia*, Vol.L., Fasc.198, pp.258-267.
- Lima, A.A. (1951). *O Existencialismo*. Rio de Janeiro: Agir.
- Moniz, H. (1948). *O Que é Existencialismo*. Rio de Janeiro: A Noite.
- Paim, A. (1979). *Bibliografia Filosófica Brasileira. Período Contemporâneo (1931-1977)*. Rio de Janeiro: GRD / Brasília: INL-MEC.
- Paim, A. (1982). *Bibliografia Filosófica Brasileira (1808-1930)*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.
- Paim, A. (1987). *Bibliografia Filosófica Brasileira. Período Contemporâneo (1931-1980)*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.
- Paim, A. (2010). O Movimento Fenomenológico Brasileiro. Em Maria Celeste Natário, Antonio Braz Teixeira & Renato Epifânia (Coord.). *O Movimento Fenomenológico em Portugal e no Brasil* [pp.123-140]. Sintra: Zéfiro.
- Pauli, E. (1965). *Primeiras Luzes do Conhecimento. Crítica Fenomenológica do Conhecimento*. São Paulo: Edições “O Livreiro”.
- Penna, A.G. (1992). *História da Psicologia no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imago.
- Penna, A.G. (2001). Nilton Campos, Em Regina H.F. Campos (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil* [p.112-114], Rio de Janeiro: Imago / Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Pozzebon, P.M.G. (2010). A Escola Filosófica de Lovaina e sua Influência no Brasil. Em Maria Celeste Natário, Antonio Braz Teixeira & Renato Epifânia (Coord.). *O Movimento Fenomenológico em Portugal e no Brasil* [pp.149-158]. Sintra: Zéfiro.
- Reale, M. (1953). *Filosofia do Direito* (II Vols.). São Paulo: Saraiva.
- Santos, D. (1951). *Fundamentação Existencial da Pedagogia*. Limeira: Editora Letras da Província.
- Van Acker, L. (1981). *A Filosofia Contemporânea. Texto 1*. São Paulo: Convívio.

Alexandre de Carvalho Castro

INDUSTRIALIZAÇÃO, APTIDÃO E AVALIAÇÃO: O ENSINO INDUSTRIAL E A EMERGÊNCIA DA PSICOLOGIA APLICADA AO TRABALHO NO BRASIL.

*Programa de Pós-Graduação em Tecnologia;
Programa de Pós-Graduação em Relações Etnoculturais CEFET(RJ)*

Introdução e objetivo

A presente pesquisa, que contou com apoio do CNPq, procurou investigar perspectivas da Psicologia do Trabalho quando da organização da Escola Técnica Nacional, no Rio de Janeiro. Nesse sentido, enfocou particularmente as contingências do surgimento da aplicação do teste de nível mental, na década de 40, voltado a identificar alunos com aptidões específicas para a aprendizagem de ofícios técnicos.

Ora, quando se decidiu realizar uma ampla reformulação do ensino profissional e técnico-industrial (Dias, 1980), os testes psicológicos obtiveram especial relevância no processo de seleção e matrícula dos alunos nos cursos técnicos justamente porque, ao mesmo tempo, estava se tornando hegemônica a concepção que atribuía ao saber psicotécnico a condição de avaliar de forma científica as aptidões dos trabalhadores (Castro et al., 2006), no âmbito das medidas político-administrativas que buscavam a otimização do processo produtivo. Esse pano de fundo teórico não deve ser desconsiderado porque permite contextualizar a decisão do Governo Vargas de, em 1937, reformular o ensino profissional nos moldes como era até então realizado, dando-lhe uma nova estrutura (Fonseca, 1961; Brandão, 2009).

Dessa forma, convém ressaltar que os exames vestibulares da Escola Técnica Nacional (tida pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema como escola-padrão do ensino industrial) incluíam a obrigatoriedade do teste de nível mental (que tinha, inclusive, efeito eliminatório). Na verdade, Roberto Mange já usara no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo alguns princípios de psicotécnica para a escolha de candidatos à matrícula, na década de 20 (Van Kolck, 1990). No entanto, através dessa reformulação do ensino técnico nos anos 40, instalava-se um quadro mais amplo e abrangente. Celso Suckow da Fonseca, diretor da ETN naquele período (1943-1951), celebrou esses novos tempos afirmando que “não seriam apenas os órfãos, os miseráveis, e os infelizes que as escolas iriam buscar para seus alunos. Com a implantação da psicotécnica seriam matriculados os mais capazes” (Fonseca, 1961, p.658).

A relevância de todo esse quadro para a história da psicologia no Brasil consiste justamente em evidenciar que a avaliação psicológica não se circunscrevia apenas aos trabalhadores recrutados e selecionados para o trabalho industrial, mas incluía também a seleção de alunos para ingresso no ensino industrial. Daí o problema aqui levantado: Que contingências sócio-históricas, no escopo da Psicologia do Trabalho, estão presentes na aplicação do teste de nível mental por ocasião da criação da Escola Técnica Nacional?

Metodologia

A metodologia usada nesta investigação foi centrada nas fontes primárias do acervo do CEFET/RJ, cuja Seção de Documentação/Setor de Arquivo Geral está localizada no bloco L da unidade-sede (Campus Maracanã). Tal documentação (Silveira, 2009), registra diversas etapas e configurações institucionais, de acordo com recortes histórico-cronológicos. Como o objetivo desta pesquisa tinha como foco a avaliação psicotécnica em alunos da Escola Técnica Nacional, a análise documental privilegiou o exame dos documentos relativos ao período de 1942 a 1959.

O exame dessas fontes e documentos foi cotejado com a perspectiva de Mikhail Bakhtin, pois a contribuição teórico-metodológica desse autor permite um viés de estudo que analisa o texto e o seu contexto histórico, já que sempre se configura um dialogismo na produção de qualquer discurso (Bakhtin, 2004). A intenção foi, portanto, a de destacar a relação dialógica presente nos documentos acerca dos testes aplicados na antiga ETN — documentos normatizadores de processos, orientações escritas, manuais, quadro de respostas, etc. — e as práticas discursivas governamentais acerca do desenvolvimento tecnológico. Pois a ciência psicológica da época passou a legitimar a exclusão de alguns tidos por desqualificados a partir da concepção de estudantes e operários supostamente mais

aptos. O que, em outras palavras, significou apontar o quanto as técnicas da Psicologia Aplicada, nesse momento de hegemonia do Taylorismo, implicaram expressivo controle laboral (Taylor, 1963).

Resultados da Pesquisa

O que a análise documental mostrou é que tais testes mentais eram elaborados pelo Ministério da Educação e anualmente encaminhados não só à Escola Técnica Nacional, mas também para as demais escolas técnicas de todo o país. Eram compostos de três etapas — tanto para o Curso Industrial (Formas, Conhecimentos Mecânicos e Semelhanças), quanto para o Curso Técnico (Formas, Informações Gerais e Séries Numéricas) — e deviam ser feitos em um prazo de, respectivamente, 55 e 65 minutos.

No entanto, a pesquisa realizada na documentação existente também mostrou que os procedimentos eram improvisados e superficiais. O diretor da Diretoria de Ensino Industrial, Francisco Montojos, remetia à escola orientações relativas à aplicação e avaliação do teste. Mas, algumas vezes, questões dos testes eram anuladas por erro de impressão no papel de aplicação, fato que, pelos padrões da psicometria comprometeria toda a avaliação. Um outro problema é que a Escola Técnica, por sua vez, tinha a incumbência de designar professores para aplicar e corrigir esses testes de nível mental, circunstância que também trazia problemas, pois não eram pessoas realmente qualificadas para tal.

É possível identificar tais incongruências em documentos tais como o encontrado na caixa 62.5.1 classificada como sendo do período da Escola Técnica Nacional (Fundo ETN). Trata-se de um relatório, não assinado, relativo ao processo de seleção de alunos do ano de 1945. O texto sob a rubrica “Relatório Escola Técnica Nacional” comprova uma série de incongruências presentes nesse contexto onde supostamente testes de aptidão aplicados aos alunos adequavam a Psicologia do Trabalho ao Taylorismo de então:

“As provas de aptidão mental não tiveram, ainda, caráter eliminatório, visto não haver, por enquanto, uma base estatística de observações suficientes em que se possam apoiar conclusões seguras com a finalidade de eliminar candidatos. Em anos anteriores, foi observado que certos elementos, eliminados em testes de aptidão mental, conseguiam, no ano subsequente, vencer esses testes e impor-se como excelentes alunos, colocando-se mesmo, no primeiro lugar da respectiva turma.” (Documentos do Arquivo Geral do CEFET/RJ)

Esse dado coletado permite constatar que se do ponto de vista formal o sistema prescrito se impunha como científico e psicotécnico, o que se realizava efetivamente era uma prática pautada pelo senso comum que olhava com acentuada desconfiança os critérios da Psicologia do Trabalho daquele período. Alunos eliminados pelo teste eram efetivamente aceitos, e os testes de aptidão questionados em sua validade.

Tal incongruência gerou rupturas. Ao final da década de 50 houve uma mudança radical na estrutura do ensino industrial e técnico-profissional da Escola Técnica Nacional (Dias, 1980). O Decreto-lei 47.038 de 16 de outubro de 1959 implicou a formação exclusiva de técnicos. Os cursos industriais básicos que formavam artifícies foram suspensos e o processo de admissão de alunos ao curso técnico reestruturado. Dessa forma, os vestibulares realizados a partir de 1960 deixaram de contar com o teste de nível mental.

Conclusões

Este artigo procurou evidenciar que a implantação da Psicologia do Trabalho frente ao ensino industrial no Brasil não consistiu em um projeto linear que aos poucos foi acumulando acertos e se solidificando, mas ao contrário, derivou de um processo histórico que estabeleceu camadas heterogêneas bem instáveis. Ao mesmo tempo, na mesma instituição de ensino, circulavam saberes que ora se pautavam no cientificismo, ora aderiam ao senso comum.

Referências

- BAKHTIN, M., *Marxismo e Filosofia da linguagem*. 11a ed São Paulo, Hucitec. 2004.
- BRANDÃO, Marisa. Da arte do ofício à ciência da indústria: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 17-29, 1999.
- BRANDÃO, Marisa. CEFET Celso Suckow e Algumas Transformações Históricas na Formação Profissional. *Trabalho Necessário*, v. 7, p. 20, 2009.

CASTRO, A. C.; CASTRO, A. G.; JOSEPHSON, S. C.; JACO-VILELA, A. M. . Medir, classificar e diferenciar. In: Ana Maria Jacó-Vilela; Arthur Ferreira Leal; Francisco Teixeira Portugal. (Org.). *História da Psicologia: Rumos e Percursos*. Rio de Janeiro, Nau editora, 2006, p. 265-290.

DIAS, Demóstenes de Oliveira. *Estudo documentário e histórico sobre a Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca*. Rio de Janeiro, CEFET-RJ, 1980.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. 2 vol. Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional, 1961.

TAYLOR, Frederick W. *Princípios de administração científica*. Trad. Arlindo Viera Ramos. São Paulo: Atlas, 1963 [1911].

VAN KOLCK. O. L. *Visão histórica da Psicologia em São Paulo*. Arq. Bras. Psic., vol. 42, n. 1, 1990. p. 155-160.

Ana Maria Jacó-Vilela

CENTRO E PERIFERIA: UMA DISCUSSÃO EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, UERJ

Este trabalho é um subproduto de pesquisa coordenada por Annette Mulberger, da Universidade Autônoma de Barcelona, e que visa analisar como ocorreu a recepção da mensuração psicológica em países periféricos (no campo da ciência) nas décadas de 1920 e 1930 (Espanha, Grécia, Itália e Brasil). O que se apresenta aqui é uma discussão presente atualmente em história da ciência sobre se há um desenvolvimento próprio do conhecimento científico nos países periféricos ou se nestes países há somente uma reprodução do que foi desenvolvido nos países centrais.

É comum entre os historiadores a noção de que o fato histórico não existe *per se*, mas é construído retrospectivamente a partir de abordagens diversas, como por exemplo, a da proveniência (as condições culturais, econômicas, sociais, políticas) que possibilitou sua emergência, que ocorresse tal acontecimento e não outro (Jacó-Vilela, 2009). Embora esta perspectiva esteja presente em quase toda a historiografia atual das ciências, a nosso ver especialmente o estudo da história da ciência em países periféricos passa necessariamente por colocar em cena questões políticas, de dependência, de autonomia ou de colaboração e intercâmbio em relação ao centro, entendido aqui como alguns países da Europa e os Estados Unidos.

Países europeus colonizaram “novos mundos”, no processo que perdurou do século XV ao XIX. Neste percurso, a cultura europeia expandiu-se para outros continentes, incluindo, no que aqui nos interessa, a universalização do conceito de ciência, de seus métodos e modelos.

Como sabemos, os países colonizados serviram, numa primeira fase, de matéria prima para o conhecimento científico que estava sendo desenvolvido nos países centrais. São os religiosos, os viajantes e os naturalistas que fornecem informações sobre a flora, a fauna, e os seres humanos encontrados na América, na África, na Oceania, permitindo a entrada de novos tipos nos imensos sistemas classificatórios então construídos. Esta estratégia, se é ratificadora do modelo de ciência que está se afirmando, ao mesmo tempo desqualifica, como não científicos, os saberes dos povos daqueles continentes que, diz-se, foram descobertos em determinadas datas pelos europeus. Se a nova forma de produzir conhecimento torna-se bem recebida nos países colonizados, isto é uma das consequências, sem dúvida, do processo colonizador.

Entretanto, a pergunta necessária aqui é: apreendido o modelo científico, há produção de conhecimento nos países outrora colonizados e agora pertencentes a um grupo que recebe, ao longo do tempo, denominações diversas (Terceiro Mundo, subdesenvolvidos, em desenvolvimento, periféricos...), todas indicativas de que ainda não estão “lá”, no lugar de contribuição decisiva à ciência?

Uma das respostas a esta questão é o chamado “modelo de Basalla” (1967). Este historiador norte-americano prevê que a produção científica em países periféricos passa necessariamente por três estágios. No primeiro, conforme citamos acima, cientistas europeus fazem coleta de dados nas colônias e, ao retornarem a seus países, estudam as informações obtidas e elaboram conclusões. No segundo, começa a se desenvolver uma ciência colonial, os europeus treinam os pesquisadores das ex-colônias, possibilitando assim que, em um terceiro momento, ocorra produção independente naqueles países, através da criação de instituições de ensino e de pesquisa. Este modelo, revelador de uma visão etnocêntrica, pode ser percebido em uma pergunta feita a Simon Schwartzman (1979) em um seminário nos Estados Unidos: “Mas, afinal, o senhor poderia nos dizer qual seu interesse em fazer a história da ciência no Brasil?”.

Contudo, este modelo não é aceito por muitos historiadores da ciência, principalmente por seu caráter evolucionista. Stepan (1976), por exemplo, ao analisar o desenvolvimento da ciência brasileira no século XIX, discorda de Basalla. Entende que esta pode ter sido a situação em países como os Estados Unidos e a Austrália, mas não é a daqueles outros cujas matrizes coloniais estavam há muito tempo afastadas das principais correntes do desenvolvimento científico internacional. Nestes, constrói-se um pensamento científico próprio que não tem, todavia, maior potencial de circulação e debate tanto nos países europeus quanto, posteriormente, nos Estados Unidos, que se tornam a referência a partir do segundo quartel do século XX. Um dos empecilhos, principalmente no caso brasileiro, é

decorrente do idioma. Portugal, grande império desbravador, perdeu aos poucos seu poderio econômico, político, militar e cultural a partir do século XVII, tornando o idioma português restrito a parcela da população mundial, situada notadamente nos países periféricos.

Uma questão que se coloca é a assunção, por parte também pesquisadores nativos, do papel subalterno da ciência nacional em relação à contribuição incisiva dos pensadores estrangeiros, enfatizando o caráter de reprodução dos modelos externos na nossa produção científica. Parece, pois, que a dicotomia “centro X periferia” não é uma questão ultrapassada haja vista, por exemplo, a constante ênfase da CAPES nos processos de internacionalização dos Programas de Pós-Graduação (internacionalização normalmente entendida como reconhecimento entre os pares dos países “centrais”), nosso interesse cotidiano em estadas de aperfeiçoamento nestes países, nossas bibliografias utilizando majoritariamente, em muitos casos, pesquisadores de centros de pesquisas desses países, o envio de alunos para lá, o interesse em publicar em revistas de lá – em contrapartida, por exemplo, com o interesse nas mesmas atividades em parceria com países latinoamericanos ou africanos.

Por outro lado, diversos autores vêm alertando, já há algum tempo, que a recepção de novas ideias e práticas em contextos diferentes daqueles em que foram produzidas não é necessariamente ou, melhor dizendo, na quase totalidade dos casos, uma “reprodução” daquilo que foi construído em outro lugar (ver, por exemplo, Restrepo Forero, 2000). Trata-se, como já afirmava Schwarz em 1977, de “ideias fora do lugar” e que, por isto mesmo, são apropriadas e se transformam em outras ideias em sua nova ambiência¹.

Schwarz segue, neste ponto, uma linha de interpretação da cultura brasileira que se baseia nas contradições e ambiguidades existentes nas relações entre senhores e escravos, senhores e homens livres (os “agregados”), homens livres e escravos, recorrendo às condições de formação da sociedade brasileira moderna para explicar o seu modo de funcionamento atual.

Da mesma forma o faz Sanchis (1995; 2001). Embora se dirigindo especificamente ao sincretismo religioso, suas conclusões podem, serem estendidas também à produção científica. Sanchis compara o sincretismo religioso brasileiro com o europeu: enquanto este último foi sempre um apagamento da religião anterior (a religião romana utilizando-se das práticas celtas, mas destruindo a lembrança da religião celta, a religião católica fazendo o mesmo com a religião romana), no caso brasileiro o sincretismo significa uma mistura, a preservação de elementos de todas as religiões envolvidas. Sanchis considera como origem desse tipo especial de sincretismo as bandeiras, quando portugueses, tupis e africanos encontravam-se em lugares desconhecidos, enfrentando não sabiam que perigos e orando, juntos, para seus deuses particulares.

Estes autores brasileiros representam, pois, uma contribuição à atual discussão no campo da história da ciência acerca da pertinência de se dedicar mais atenção ao que vem sendo denominado de “ciência nativa”, visto um dos temas principais dessa nova historiografia referir-se às formas de recepção das ideias e práticas geradas nos países centrais pelos países periféricos, ideias que se configuraram, então, como novas produções.

O modelo tradicional centro-periferia encontra-se ainda sob revisão, e tem sido objeto de muitas discussões, como o comprovam os encontros da STEP (Science and Technology on European Periphery) e as publicações no periódico *Isis*, o mais importante no campo da História da Ciência. Neste, um artigo de Svasundaram diz: “New global histories of science will be characterized by critical reflection on the limits of generalization, as well as a creative adoption of new sources, methods and chronologies, in an attempt to decenter the European history of science” (2010: 95).

Referências

- Basalla, G. (1967). The spread of Western Science. *Science*, 156: 611-22.
 Jacó-Vilela, A. M. (2009). Historiografia da psicologia no Brasil. Em: Bernardes, J. e Medrado, B. (org.). *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos*. Maceió, Ed. Abrapso, pp. 125-138.
 Restrepo Forero, O. (2000) La sociología del conocimiento científico o de cómo huir de la “recepción” y salir de la “periferia”. Em: Obregón, D. (ed.) *Culturas científicas y saberes locales: asimilación, hibridación, resistencia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

¹ O movimento modernista da década de 1920 capturou muito bem este processo. Ver, por exemplo, o Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade e o quadro Abaporu de Tarsila do Amaral. Abaporu, em língua tupi, significa literalmente “homem que come homem”.

- Sanchis, P. (1995). Sincretismo e jogo das categorias: a propósito do Brasil, de Portugal e do Catolicismo. *Psicologia Práticas Sociais*, 2 (1):23-56.
- Sanchis, P. et alli (2001). *Fieis e cidadãos. Percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Schwartzman, S. (1979). *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional/FINEP.
- Schwarz, R. (1977). As idéias fora do lugar. Em Schwarz, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades.
- Sivasundaram, S. (2010). Introduction. In: Global Histories of Science, *Isis*. 101 (1): 95-97.

Cristiana Facchinetti

**NORMAL, ANORMAL OU PATOLÓGICA?
SER MULHER NO RIO DE JANEIRO (1930 - 1945)²**
*Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz/RJ*

Este projeto analisa a apropriação e negociação social do conceito de *normalidade* para mulheres, promulgada pelo saber médico-científico entre 1930 e 1945. O trabalho pretende também investigar a difusão desses modelos, buscando perceber como ela comparece divulgada em revistas de grande circulação no Distrito Federal.

O recorte temporal escolhido “assinala o momento em que se pode falar pela primeira vez na história brasileira em políticas de saúde mental” (Cunha, 1986, p.170). O enquadramento daqueles propensos a adoecer significou um maior esquadrinhamento do modelo de normalidade, instituindo padrões. Nesse contexto, as mulheres foram particularmente investidas, já que eram compreendidas como pilares da saúde e do bem de toda sociedade (Dorlin, 2006).

O período escolhido abrange também uma época de crítica aos valores tradicionais, produtora de uma crise de identidade (Berger, 1975; Neves, 2010) que termina por permitir grandes mudanças nas subjetividades. A partir de 1930, Vargas incorpora ao novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher nas mesmas condições que aos homens. O Brasil passava a ser o quarto país das Américas a conceder o voto às mulheres (Duarte, 2003), ainda que estas só tenham exercido, de fato, o direito conquistado na eleição de 1945, quando termina nosso recorte temporal.

Escolhemos como espaço geográfico a cidade de Rio de Janeiro, não só por ser ali onde as revistas pesquisadas circulavam, mas também pela importância política dessa cidade como criadora, divulgadora e formadora de opinião para outros estados brasileiros. Além disso, junto com São Paulo, concentrava a maior parte da população alfabetizada do país.

Portanto, o projeto visa a investigação e o questionamento da noção de normalidade feminina, tal como promulgada por higienistas mentais, no momento em que esses atores começavam a ter maior acesso ao campo social, passando a se debruçar sobre a prevenção e articulando essa ideia à noção de modernidade e progresso da nação, em um tempo de muitas mudanças e muitas reviravoltas políticas e sociais. No processo, a questão de gênero foi ganhando novas leituras, tendo que ser negociada entre higienistas e sociedade. Afinal, a ideia mesma de “mulher moderna” abriu caminho para muitas acomodações frente a tais modelos.

JUSTIFICATIVA

Em síntese, o projeto visa contribuir para a ampliação dos estudos desse sujeito psicológico normal/anormal em termos de gênero e de contingência histórica. Pretende-se considerar a presença de um diálogo polifônico entre personagens para delinear os significados de *normalidade* no período. Assim, consideramos o processo de *negociação* (Chartier, 1993), em um processo de *apropriação* entre os próprios atores sociais para quem tais representações vinham sendo forjadas (Chartier, 2002), o que fez com que o discurso de “normalidade feminina” fosse transformado, acomodado ou recusadoativamente por seus leitores leigos.

Tal perspectiva apoia-se, igualmente, em diversas teorias que se opõem à ideia de um sujeito universal. Por exemplo, a categoria de gênero tem sido usada como crítica ao caráter fixo do masculino e do feminino, de modo a demonstrar que as desigualdades se organizam por meio de classe, etnia, sexualidade, etc. (Soihet, 1997, p. 103). Do mesmo modo, a categoria de gênero seria uma forma de organização sócio-histórica e política da diferença (Foucault, 1997), também pensada assim por uma corrente construcionista da psicologia social, que expressa o caráter relacional do conceito de gênero (Nogueira, 2001). Enfim, passamos a considerar o sujeito “na história”,

² Cristiana Facchinetti (PPGHCS - COC/FIOCRUZ) - psicóloga, doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ) e pós-doutora em História das Ciências e da Saúde (Fiocruz). RESUMO DE PROJETO.

considerando que valores culturais dependem de conjunturas provisórias e relativas ao próprio tempo (Dias, 1992, p. 39).

É nessa relação dialógica e contingencial que se estabelece também a relação entre o *normal*, o *anormal* e o *patológico* (Canguilhem, 1990). Como Sontag (1977) aponta, o enfoque relacional permite vislumbrar normas médicas e sociais e modos como os indivíduos as interiorizam e se relacionam com elas. A construção da normalidade feminina afirma, pois, o papel da mulher, ao mesmo tempo em que cria o que é ser esta “mulher” (Scott, 1995).

OBJETIVOS GERAIS

- Determinar os múltiplos sentidos das categorias de *normalidade*, *anormalidade* e *patologia* femininas entre 1930 e 1945 no Rio, explorando tensões, contradições e ambiguidades advindas do desenvolvimento do modelo de *normalidade* do campo da Higiene Mental com o campo social, representado pelos movimentos feministas e revistas femininas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar a literatura sobre as categorias de normalidade, anormalidade e patologia femininas em revistas de higiene mental, psiquiatria e femininas/feministas no Rio de Janeiro;
- Identificar personagens que atuaram nestes periódicos e que porventura faziam parte de ambos os tipos de publicação, buscando estabelecer as redes formadas por eles no campo de investigação;
- Identificar leitores que se inserem no meio do debate através de cartas às revistas, bem como identificar a presença das noções higiênicas em seu discurso;
- Contribuir, através da disponibilização de banco de dados, livros, periódicos, teses e dissertações, etc., para a preservação e divulgação da história da Psicologia no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa se constitui frente a quatro balizas: em primeiro lugar, a partir da fundamentação teórico-metodológica, o que implica estudos de história do Brasil e da historiografia dos diferentes saberes psicológicos, incrementado pelos temas relativos ao gênero, como apoio para a análise da apropriação dos princípios higiênico-mentais no campo social mais amplo. Especial relevo será dado à temática da análise do discurso como recurso para a análise dos textos.

A segunda questão refere-se à pesquisa empírica propriamente dita. Trabalharemos com dois conjuntos de fontes: o primeiro, periódicos de produção científica, os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925-1947) e os *Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria* (1919-1947). Já o segundo, de revistas femininas: o *Jornal das Moças* (1914-1959) e *A Cigarra* (1914-1975).

As revistas foram um veículo de comunicação fundamental para a sociabilidade do período (Martins, 2001, p. 565), permitindo ainda, certa ampliação de participação social das mulheres (Hahner, 1981), apesar do seu papel, comumente ressaltado, de agente normalizador (Besse, 1999). Assim, a análise permitirá vislumbrar a tensão e articulação de novos rearranjos em um período de grande ampliação do público-leitor.

Por meio de amostragem e análise qualitativa, buscaremos identificar as representações femininas acerca da normalidade, destacando semelhanças e diferenças entre os conjuntos. Finalmente, buscaremos confrontar as informações encontradas com a historiografia pertinente ao tema.

As revistas foram selecionadas a partir de um primeiro levantamento, que permitiu vislumbrar que os temas da pesquisa são debatidos frequentemente pelos seus articulistas e leitores.

Para tal empreendimento, prevemos:

- Revisão bibliográfica, envolvendo a higiene mental e gênero, no período citado;
- Seleção, leitura e fichamento da bibliografia secundária selecionada;
- Pesquisa na Biblioteca Nacional, Biblioteca do IPUB-UFRJ, Biblioteca do Arquivo Municipal do Estado de São Paulo e Biblioteca de Manguinhos para a busca dos artigos nos periódicos já levantados, bem como para sua seleção, leitura e fichamento;
- levantamento dos autores destes artigos;

- criação de banco de dados com o material.

METAS

Pretende-se que a pesquisa contribua para a formação de pesquisadores e professores especializados no campo da História dos Saberes Psicológicos, seja por meio da docência no PPGHCS-COC/Fiocruz; seja para alunos de graduação, por meio de convênio de parceria estabelecido entre a COC e a UFF; pretende-se ainda contribuir para a formação científica destes, através de trabalho com bolsistas de IC. Finalmente, objetiva-se que a divulgação dos resultados contribua para a historiografia da Psicologia no Brasil.

RESULTADOS ESPERADOS

- apresentação dos resultados parciais e finais em eventos científicos (como CONPSI, ANPEPP, Clio-Psyché, Encontro Iberoamericano em História da Psiquiatria, Congresso Interamericano de Psicologia e Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia);
- publicação dos resultados sob a forma de quatro artigos de nível A e uma publicação internacional;
- Orientação de uma tese, uma dissertação e de dois relatórios de IC no tema;
- Produção de banco de dados referentes ao acervo.

Referências

- BERGER, Peter L. **The homeless mind**, Londres, Pelican Books, 1975.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Edusp, 1999.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- CHARTIER, Roger "Différences entre les Sexes et Domination Symbolique (Note Critique)", in **Annales ESC**, n° 4/1005-1010, 1993.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: A história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002
- CUNHA, M. C. P. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986
- DIAS, Maria. Odila L. Silva. Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. Em A. Costa & C. Bruschini (Orgs.), **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 39-53, 1992.
- DORLIN Elsa, **La Matrice de la race**. Généalogie sexuelle et coloniale de la nation française, Paris, La Découverte, coll. « Textes à l'appui. Genre et Sexualité », 2006.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, Dec. 2003
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997
- HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1981.
- MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**. São Paulo: Fapesp; Edusp; Imprensa oficial. 2001
- NEVES, Margarida de Souza.O grande mal no Cemitério dos Vivos: diagnósticos de epilepsia no Hospital Nacional de **Hist. ciênc. saúde-Manguinhos**;17(supl.2):293-311, dez. 2010.
- NOGUEIRA, Conceição Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero Cadernos de Pesquisa, n° 112, p 137-153, março 2001b
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, São Paulo, n. 20, v. 2, p. 71-99, 1995.
- SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, 13(1), 11-30, 2005.
- SOHEIT, Rachel. "História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um Debate" in AGUIAR, N. **Gênero e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1984

Cristina Lhullier

REFLEXÕES SOBRE MINHA TRAJETÓRIA DE PESQUISADOR EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Curso de Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Universidade de Caxias do Sul

Tendo participado dos simpósios de 1998, 2000 e 2002 na condição de pós-graduando e retornado ao Grupo de Trabalho como membro efetivo em 2008, recebi do coordenador a tarefa de apresentar uma reflexão a respeito dos motivos que me levaram a escolher a História da Psicologia como área de pesquisa. Visando responder a tal demanda, organizei o texto em quatro etapas: (1) a pesquisa em História da Psicologia como opção epistemológica de produção de conhecimento; (2) a possibilidade do historiador da Psicologia de transitar por diferentes temporalidades, refletindo a diversidade do arcabouço teórico disponível; (3) a função de contador de histórias do pesquisador em História da Psicologia e a necessidade da constante (re)apresentação do passado àqueles que escolhem a Psicologia como área de atuação; e (4) o possível lugar ocupado pela História da Psicologia no amplo panorama da Psicologia como ciência e profissão. A trajetória da Psicologia como área de conhecimento independente confunde-se com a busca pelo estatuto da científicidade. Uma das vias para o reconhecimento desse estatuto é a adoção de uma postura predominantemente experimental e quantificadora. No entanto, outra opção epistemológica vem se apresentando aos pesquisadores - a da Psicologia como ciência humana (Giorgi, 1978). As origens dessa opção são encontradas na proposta de W. Dilthey (1833-1911) do conceito de Ciências Humanas (*Geisteswissenschaften*). Estas possuem como objeto de estudo os elementos humanos do mundo da vida (*Lebenswelt*). Utilizam-se da lógica compreensiva nas investigações, buscando a descrição de estruturas dos significados que compõem os fenômenos. O pesquisador é considerado parte do processo de investigação, visto que sua consciência dá sentido ao que observa. Ora, ao apostar na compreensão como instrumento de investigação, a Psicologia como ciência humana reconhece que os fenômenos psicológicos são complexos. Isto é, compõem-se de uma rede de fatores inter-relacionados, a qual é apreendida pelo pesquisador abarcando no escopo da investigação os contextos em que tais fenômenos são produzidos. Ao enfatizar a importância do contexto, tal postura refere-se não somente aos contextos social e cultural, nos quais o ser humano está imerso, mas também ao contexto histórico. Os fenômenos psicológicos estão sujeitos à influência da diacronia, ou seja, da passagem do tempo. É o reconhecimento da importância desta dimensão na definição do objeto de estudo da Psicologia que me aproximou das investigações em História da Psicologia. Ao tomar conhecimento da corrente historiográfica da História Cultural (ver, por exemplo, Chartier, 1990 e Massimi, Campos & Brožek, 1996), percebi que era possível aproximar esta proposta daquela da Psicologia como ciência humana. Assim, esta opção epistemológica norteou a elaboração de minha produção acadêmica na pós-graduação e continua sendo o referencial no qual me apoio tanto no ensino das disciplinas de História e Sistemas em Psicologia na graduação como em minhas pesquisas atuais. Ao posicionar-se de forma contrária à história política, que privilegia uma cronologia demarcada por grandes feitos e/ou grandes vultos, e ao materialismo histórico, que postula a luta de classes como fundamento de todo evento histórico, a *École des Annales* trouxe para o campo da historiografia o conceito de "história total". Esta pretende contemplar as múltiplas facetas do evento histórico, em especial aquela que envolve a presença da dimensão social (Burke, 1992; Tomich, 2011). Com o intuito de acessá-la, diferentes propostas de investigação surgiram. Entre elas, destaco a *longue durée*, de Fernand Braudel (1902-1985; Braudel, 1992), e a micro-história, do coletivo de historiadores italianos Carlo Ginsburg, Giovanni Levi, Carlo Poni e Edoardo Grendi (Ginsburg, 1999; Levi, 1992; Revel, 1997, setembro-octobre). A *longue durée* é utilizada tanto como ferramenta metodológica quanto como pilar da concepção braudeliana de história. Ao debruçar-se na investigação dos movimentos da interface dos seres humanos com a geografia e a natureza, esse autor busca descrever a estrutura desta. Uma interface de modificação lenta, mas sujeita aos efeitos da passagem do tempo e, portanto, da história. Em contrapartida, a micro-história parte da análise de indícios, sinais e sintomas de um evento particular, procurando identificar seu significado à luz do contexto específico. Procura compreender como os processos sociais mais amplos são transportados para as trajetórias particulares, aquelas dos indivíduos ou dos grupos. Estas duas concepções historiográficas parecem à primeira vista opostas e até mesmo

incompatíveis. No entanto, pode-se compreendê-las como abordagens complementares de um mesmo fenômeno, tal como a variação de perspectiva na relação entre figura e fundo (Hopkins, citado em Tomich, 2011). O historiador, e neste momento refiro-me ao historiador da Psicologia, pode se utilizar da diversidade do arsenal teórico desenvolvido pela historiografia no decorrer do século XX, o que acarreta a ampliação da compreensão do fenômeno psicológico a partir do trânsito entre diferentes esferas temporais. E é nesta possibilidade de escolher a perspectiva temporal de análise do fenômeno investigado – dos movimentos lentos e quase imperceptíveis da *longue durée* às especificidades e minúcias do evento micro-histórico – que reside outro fator de minha opção pela História da Psicologia. Os primeiros relatos históricos confundem-se com a narrativa literária. Deste modo, a figura do historiador também se confunde com a do contador de histórias. Atividade valorizada nos períodos em que a memória de um grupo social apoiava-se na oralidade, o contador de histórias ressurge na contemporaneidade como aquele que dá vida às palavras, como que “aprisionadas” ao suporte - físico ou digital - dos livros, graças a sua performance. Ao evocar tal figura, não pretendo me afiliar às correntes historiográficas que igualam o historiador ao escritor de ficção, mas sim ressaltar que o primeiro é um construtor de narrativas assim como o segundo. Entretanto, as narrativas do historiador devem sempre apoiar-se nos dados empíricos que a pesquisa de campo lhe oferta. Assim como o contador de histórias, o historiador possui funções. Três delas são descritas por Pomian (1989, mars-avril): fazer saber (*faire savoir*), fazer compreender (*faire comprendre*) e fazer sentir (*faire sentir*). O historiador deve fornecer informações novas e relevantes à ciência histórica (*savoir*); estabelecer interpretações sobre os dados (*comprendre*) e transportar o leitor ao mundo do historiador, dando ao passado o caráter de verossimilhança necessário para sua aceitação tanto pelo público especializado como pelo público leigo (*sentir*). Ao procurar o cumprimento dessas funções nas narrativas históricas que produzo, é que reconheço a terceira razão de minha escolha pela História da Psicologia. O historiador da Psicologia tem um pouco (ou um muito) do contador de histórias. Tal como este, (re)apresenta o passado aos que vivem no presente e os faz tornar-se parte de um determinado grupo social, neste caso, da categoria profissional dos psicólogos. Encerro esta reflexão com o quarto motivo de minha opção pela História da Psicologia. Acredito que, ao investigar a história de uma dada área de conhecimento, colabora-se duplamente para seu desenvolvimento. Por um lado, o resgate do passado auxilia na compreensão dos processos que produziram sua configuração atual; por outro, aponta os direcionamentos que podem seguidos no futuro.

Referências

- Braudel, F. (1992). *Escritos sobre a história* (2^a. ed; J. Ginzburg & T. C. S. Mota, trads.). São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1969)
- Burke, P. M. (1992). *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)* (2^a. ed; N. Odalia, trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. (Trabalho original publicado em 1990)
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações* (M. M. Galhardo, trad.). Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1982)
- Ginzburg, C. (1999). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In, C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (pp. 143-179; 3^a reimpressão; F. Carotti, trad). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1986)
- Giorgi, A. (1978). *Psicologia como ciência humana: uma abordagem de base fenomenológica* (R. S. Schwartzman, trad.). Belo Horizonte: Interlivros. (Trabalho original publicado em 1970)
- Levi, G. (1992). Sobre a micro-história. In, P. Burke (ed.). *A escrita da história: novas perspectivas* (pp. 133-161; M. Lopes, trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. (Trabalho original publicado em 1991)
- Massimi, M.; Campos, R. H. F. & Brožek, J. (1996). Historiografia da psicologia: métodos. *Coletâneas da ANPEPP*, 15(1), 29-56.
- Pomian, K. (1989, mars-avril). Histoire et fiction. *Le Débat, histoire, politique, société*, 54, 114-137.
- Revel, J. (1997, septembre-octobre). Un vent d'Italie: l'émergence de la micro-historie. *Sciences Humaines*, 18, 23-27.
- Tomich, D. (2011). A ordem do tempo histórico: a *longue durée* e a micro-história [versão online]. *Almanack*, 02, 38-51.

Denise Pereira de Alcantara Ferraz (Doutorando) e Ana Maria Jacó Vilela (Orientadora)

Memórias e História do Curso de Psicologia do UNISAL – Lorena/SP: Uma contribuição para a historiografia da Psicologia no Brasil
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ

Pesquisar a história do Curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL é uma forma de contribuir para a historiografia da Psicologia no Brasil. Mais do que um resgate histórico, feito através de documentos escritos, iconográficos e pela memória dos participantes desta pesquisa, trata-se de uma proposta de compreensão da formação de psicólogos e da prática psi, vinculadas a este curso, realizadas e produzidas num momento e num contexto determinado. Para isso, é necessário buscar suas determinações históricas: contextos econômicos, sociais e políticos do país. Há várias razões para que o recente interesse pela história da psicologia no Brasil seja mais que bem vindo: primeiro, porque ainda é possível fazer uma recuperação histórica através do acesso a pessoas que foram pioneiras na Psicologia; segundo, porque há muitos dados da história da psicologia que não se encontram registrados, organizados e disponíveis, a não ser como experiência ou como memória; e, por fim, disponibilizar esse conhecimento às novas gerações pode proporcionar avanços para a psicologia, enquanto ciência e profissão. O fato de ser um curso vinculado a uma instituição católica também corrobora a relevância desta pesquisa, visto que a relação entre a formação em Psicologia e as instituições católicas carece de uma investigação mais aprofundada no Brasil. Após leituras iniciais sobre os Salesianos e o envolvimento deles com a Psicologia no Brasil, optei por centrar o objetivo da pesquisa na busca de resgatar a história do Curso de Psicologia do Centro Unisal – U. E. de Lorena, com a perspectiva de compreender as relações sociais, culturais, as práticas cotidianas e os modos de fazer que caracterizaram a constituição do curso. Portanto, meu interesse é pesquisar o período de 1952 a 1974. O ano de 1952 é aquele em que os salesianos iniciam suas atividades no ensino superior em Lorena, com a criação da Faculdade Salesiana de Lorena e começa a formação de educadores no curso de Pedagogia; o ano de 1974 caracteriza-se pela formatura da primeira turma do curso de Psicologia desta instituição. Na tentativa de traçar este caminho, pretendo fazer um trabalho que consistirá em: Levantamento de fontes documentais escritas e iconográficas; Burke (2005), Bauer e Gaskell (2002), Kossoy (2001) e Le Goff (1990) contribuirão para o tratamento metodológico das imagens iconográficas como fontes históricas. História Oral por meio de Entrevistas Narrativas com pessoas que participaram da constituição deste curso de Psicologia; em Alberti (2004), Prins (1992), Ferreira e Amado (1998) e Rejane Penna (2005) buscarei elementos para usar a História Oral como metodologia e constituição de fonte para estudar a história do curso. A pesquisa será desenvolvida com o aporte teórico de autores que se situam na chamada Nova História Cultural (NHC), dentre os quais me deterei aos passos de Certeau (2002), Burke (2005) e Veyne (2008) e suas concepções de História, historiador, prática e cotidiano.

Érika Lourenço

A ESCOLHA DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA COMO ÁREA DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFMG

“Discorrer sobre a escolha da história da psicologia como principal área de pesquisa”... este foi o pedido a mim apresentado pelo coordenador do nosso GT de História da Psicologia para o XIV Simpósio da ANPEPP. Acreditava, até começar a escrever estas linhas, que esta seria tarefa fácil. No entanto, agora começada a tarefa, percebo que isto significa resumir em três páginas, ou em aproximadamente 1250 palavras, minha trajetória de formação e atuação profissional. Vejamos então o que é possível dizer...

Ainda na graduação me interessei pela história da psicologia. Não tanto pelo que aprendi de história da psicologia nas disciplinas que cursei, mas pelo incômodo causado por não compreender o processo histórico de construção da área da psicologia, por não ver sentido nas teorias apresentadas de forma a-histórica e por não conseguir ter clareza da relação entre as diferentes áreas da psicologia. Em meio a esta “crise de não compreensão” da psicologia e da sua história, já chegando à metade do curso, comecei a iniciação científica em um projeto da Regina (Regina Helena de Freitas Campos) que tinha como objetivo organizar e catalogar o acervo de Helena Antipoff. A minha principal motivação para entrar no projeto foi o foco na história da psicologia. Participar da equipe envolvida neste projeto foi um aprendizado de trabalho em equipe interdisciplinar (o grupo era composto por alunos dos cursos de Biblioteconomia, Letras, Belas Artes, Pedagogia e Psicologia). Viver com esse grupo o processo de recebimento, catalogação, limpeza e organização dos documentos do acervo de Helena Antipoff, com todas as suas dificuldades e contratemplos e com um belíssimo resultado, posso dizer, foi uma das melhores experiências que tive durante a minha formação.

Foi durante a graduação que comecei a me integrar no GT de História da Psicologia. Participando de eventos como as reuniões anuais da SBP e os encontros anuais Helen Antipoff, comecei a conhecer os pesquisadores da área, os autores dos textos cuja leitura Regina indicara durante as nossas reuniões de pesquisa. Lembro-me especialmente do meu encantamento quando conheci a Marina Massimi! Depois a Ana Jacó, a Maria do Carmo, a Mitsuko Antunes (que era apresentada como Mimi, mas eu não sabia se essa liberdade se aplicava a alunos também). E todas recebiam tão bem os alunos de iniciação científica! Preciso dizer que esta acolhida tão calorosa me impressionou bastante. Nessa época, para minha indignação, os trabalhos de história da psicologia eram apresentados numa categoria que tinha o título de “Outros”. Foi nesse contexto de ter trabalhos na categoria “Outros” que conheci a Cristina, a Raquel, o Gustavo, o André... Depois vieram os encontros do Clio, o CONPSI e as reuniões da ANPEPP (não necessariamente nesta ordem)... e os eventos científicos passaram a propor uma categoria para a “História da Psicologia”.

Terminada a graduação, não tive dúvida: vou para a clínica! Iniciei uma especialização em psicanálise. No primeiro semestre do curso, comecei a questionar se era mesmo aquele o caminho. Regina, até então uma orientadora muito neutra, diante da minha dúvida, expressa em um encontro na cantina da FAFICH, disse que considerava que eu tinha perfil para fazer o mestrado e que eu devia investir nisto. Neste dia, fui para casa pensando em um projeto para tentar o mestrado. A história da psicologia me pareceu a área certa para o mestrado e, posteriormente, para o doutorado. No mestrado, minha escolha foi investigar a psicologia da educação na obra de Helena Antipoff, um meio para me aprofundar um pouco na história da psicologia da educação e tratar de um aspecto da obra de Antipoff que até então havia sido pouco explorado. No doutorado, resolvi sair da psicologia da educação e de Helena Antipoff, buscar novos temas de pesquisa em história da psicologia. Depois de muitas propostas megalomaníacas, optei por estudar as relações entre psicologia e direito na Faculdade de Direito da UFMG. Comecei a pesquisa tratando do final do século XIX, com a criação da Faculdade ainda em Ouro Preto e encerrei em 1962, quando direito e psicologia apontam para a educação como forma de prevenir a criminalidade e Helena Antipoff começa a ser apontada como referência. Em se tratando da história da psicologia em Minas, não há como negar a importância de Helena Antipoff.

Embora me lembre que quando ainda estava na graduação, não raras vezes fazia comentários como “quando eu for professora aqui na UFMG, vou...”, não consigo me lembrar de objetivamente ou conscientemente ter planejado seguir a carreira acadêmica. No entanto, gosto de dizer que as

oportunidades de pesquisa, o acolhimento pelo grupo de história da psicologia, a aprovação no mestrado e a satisfação que senti ao passar por todas estas experiências indicaram que este era um bom caminho a seguir. A psicologia da educação foi a área na qual comecei a lecionar, pouco antes de iniciar o mestrado. Logo em seguida, veio a história da psicologia, disciplina que começou a aparecer com esse nome nos cursos de graduação como uma consequência das diretrizes curriculares de 2004.

O fato de lecionar inicialmente em instituições de ensino superior particulares dificultou, em parte, meu investimento em pesquisas e, mais especificamente, em pesquisas na área de história da psicologia. Digo em parte porque enquanto trabalhei nessas instituições, estava cursando o mestrado e ou doutorado, o que me manteve vinculada a pesquisas com foco na história da psicologia. Quando estava terminando o doutorado, fui aprovada em um concurso para professora em uma instituição pública, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). No entanto, nesta instituição não havia o curso de psicologia e voltei a trabalhar com a psicologia da educação, lecionando para os cursos de licenciatura. A princípio, para conseguir aprovação de projetos de pesquisa na instituição, os mesmos deveriam estar explicitamente vinculados a psicologia da educação e às suas aplicações. Assim, comecei a propor projetos de pesquisa e extensão sobre as relações entre psicologia e educação inclusiva, focando a formação de professores para a educação inclusiva. Este era um tema que me interessava (e ainda interessa) profundamente e estava relacionado com as pesquisas que anteriormente havia desenvolvido na história da psicologia da educação (com Helena Antipoff). Dois anos e meio após a minha ida para a UFOP, veio o concurso para História da Psicologia, no Curso de Psicologia da UFMG. Finalmente, entrando para a UFMG, foi possível conciliar ensino e pesquisa especificamente na área da história da psicologia e é nisto que tenho investido nos últimos três anos e meio.

No âmbito da UFMG, tendo a liberdade para enfocar minhas propostas de pesquisas na história da psicologia, optei, em um primeiro momento, por retomar a obra de Helena Antipoff e destacar suas contribuições para a educação inclusiva. Em seguida, propus um projeto para avaliar o impacto desta autora na psicologia e na educação, a partir de citações de suas obras. Este projeto está sendo encerrado agora e, para o próximo semestre estou com o projeto de investigar um pouco a história do nosso curso de psicologia a partir dos projetos pedagógicos que foram propostos para o mesmo desde a sua criação. Estou fazendo esta proposta no contexto das comemorações dos 50 anos da profissão do psicólogo no Brasil, momento que penso ser propício para este tipo de pesquisa e para uma avaliação crítica da formação em psicologia.

Tanto nos projetos de pesquisa como nas disciplinas de história da psicologia, tenho um grupo pequeno de alunos com os quais tenho trabalhado (monitores e bolsistas e voluntários de iniciação científica) e que vêm demonstrando grande interesse na área.

Há dois anos e meio ingressei no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, na linha de pesquisa Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação. Estou responsável pela disciplina História e Teoria em Psicologia Social, que é obrigatória para os alunos da área de concentração em Psicologia Social. Além disto, tenho dois orientandos na pós-graduação, um com entrada em 2011 e uma em 2012. O projeto do meu primeiro orientando trata da formação em psicologia e o da segunda sobre espaços escolares e aprendizagem. Em ambos há uma pequena passagem pela história da psicologia, embora este não seja o enfoque principal de nenhum dos dois. Vejo estas primeiras orientações e a disciplina de História e Teoria em Psicologia Social como uma oportunidade de começar a fazer surgir no nosso programa de pós-graduação um novo interesse pela história da psicologia, já que este ficou parcialmente suspenso com a aposentadoria da Regina do Departamento de Psicologia.

Caminhando para o encerramento deste pequeno texto, é necessário dizer que nem tudo são flores na escolha pela história da psicologia como área de pesquisa. Considero-me privilegiada por poder lecionar e fazer pesquisas na área da história da psicologia, mas preciso dizer que este é um caminho um tanto solitário dentro do meu Departamento. Percebo que muitos colegas me apóiam e demonstram interesse pelas minhas pesquisas, mas não tenho parceiros de pesquisa, de laboratório ou de núcleo de estudos dentro do Departamento de Psicologia. Além disto, os primeiros anos dentro de uma instituição pública não são fáceis. Várias tarefas são solicitadas, é preciso participar de comissões e assumir cargos administrativos. Vejo esta estrutura como um tanto perversa, pois, embora haja grande liberdade para a escolha de temas e áreas de pesquisa e haja, acho que posso dizer, uma pressão

para a entrada na pós-graduação, o tempo para estas atividades e, consequentemente, para as publicações, acaba se mostrando insuficiente, dadas as demais funções que se tem que assumir e o tempo que se gasta (ou se perde, eu diria), negociando a distribuição de encargos para cada semestre.

Por último, gostaria de ressaltar a importância da participação no GT de História da Psicologia para a minha trajetória profissional e de pesquisa. A forma como o GT me acolheu desde o início, as parcerias (em projetos como os dos dicionários e no grupo de estudos na FAE, com Regina, Raquel e Sérgio), os apoios, os interesses compartilhados, foram fundamentais para que eu pudesse compreender a história da psicologia como uma escolha possível e são indispensáveis para que ela se configure como uma boa escolha. Espero que, com o crescimento do GT, não nos esqueçamos da importância desta rede na construção do campo da história da psicologia no Brasil e do cuidado que seus membros sempre dispensaram uns aos outros e aos recém chegados.

PUBLICAÇÕES:

Artigos completos publicados em periódicos

LOURENÇO, E., CAMPOS, R. H. F. Temas Psicológicos na Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Temas em Psicologia (Ribeirão Preto) ,v.17, p.47 - 62, 2009.

Livros publicados

LOURENÇO, E. Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva. Belo Horizonte : Autêntica, 2010.

Capítulos de livros publicados

LOURENÇO, E. Educação inclusiva. In: Por uma cultura dos direitos humanos na escola: princípios, meios e fins. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p.37-60.

LOURENÇO, E. Os ideais e interesses das crianças mineiras de 1929 a 2009: os 80 anos da trajetória de uma pesquisa proposta por Helena Antipoff. In: Educação de crianças e jovens na contemporaneidade: pesquisas sobre sintomas na escola e subjetividade. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2011, p. 19-26.

LOURENÇO, E., CAMPOS, R. H. F. Fontes para a historiografia das relações entre psicologia, educação e direito: o caso da Revista da Faculdade de Direito da UFMG. In: Patrimônio cultural, museus, psicologia e educação: diálogos. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009, p. 87-104.

Livros organizados

LOURENCO, E., ASSIS, R. M., CAMPOS, R. H. F. História da psicologia e contexto sócio-cultural: pesquisas contemporâneas, novas abordagens. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2012. (no prelo).

DESLANDES, K., LOURENÇO, E. Por uma cultura dos direitos humanos na escola: princípios, meios e fins. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011-2012.

LOURENÇO, E., GUEDES, M. C., CAMPOS, R. H. F. Patrimônio cultural, museus, psicologia e educação: diálogos. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

PROJETOS DE PESQUISA:

2012 – Atual Os 50 anos do Curso de Psicologia da UFMG: uma história a partir dos currículos e projetos pedagógicos do Curso

2011 - Atual Impactos da obra de Helena Antipoff na psicologia e na educação no Brasil

2011 - 2011 Ideais e interesses das crianças mineiras revisitados no ano de 2011

2010 - 2011 Relações entre psicologia da educação e educação inclusiva na obra de Helena Antipoff

Eustáquio José de Souza Júnior (Doutorando) e Sérgio Dias Cirino (Orientador)

**RECEPÇÃO DA INSTRUÇÃO PROGRAMADA NO BRASIL:
O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (1960-1980)**
Programa de Pós-graduação em Educação – UFMG

O projeto apresentado compõe parte dos estudos de doutorado realizado pelo primeiro autor deste sob orientação do segundo. Propõe-se a investigação dos processos de recepção da Instrução Programada (IP). O objetivo geral é dar corpo histórico à circulação da IP na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre as décadas de 1960 e 1980. A IP consiste na divisão do conteúdo de ensino em segmentos encadeados chamados módulos. Cada módulo termina com uma questão a ser respondida preenchendo lacunas ou escolhendo a resposta dentre alternativas. Se a resposta está correta o aluno passa ao próximo módulo. Se a resposta está errada, a resposta certa pode ser fornecida pelo programa ou o aluno é convidado a rever módulos anteriores ou, ainda, fazer outros módulos. A presença de material bibliográfico de IP produzido na UFMG consistiu no ponto de partida para a investigação, passando pelas seguintes questões norteadoras: 1) quais aplicações da IP foram empreendidas na UFMG? 2) Quais os níveis educacionais (fundamental, médio, técnico, superior, pós-graduação) são contemplados pela IP no contexto da UFMG? Se estão contemplados em mais de um nível educacional, quais as particularidades de cada campo de aplicação? 4) Como esta vertente aplicada do pensamento skinneriano está documentada pela historiografia da psicologia e da educação? Para subsidiar a investigação propõe-se o recurso aos campos da história da educação, da história da psicologia e da história cultural. Para Jauss (1981) o foco de uma produção literária se desloca da autoria para os processos de recepção ativa, implicando em processos de produção de novos conceitos emergentes da comunidade receptora. A apropriação corresponde ao momento de consumo “final” de um dado capital intelectual recepcionado. Sobre a transposição metodológica do campo da crítica literária para a historiografia da psicologia, Dagfal (2004) acresce ao conceito de recepção as categorias, horizonte de expectativas de Jauss, interesse intelectual de Kurt Danzinger, além do construto campo, proposto por Pierre Bourdieu. O horizonte de expectativas estabelece interface do campo psicológico com a crítica da estética literária posto que em cada momento histórico prevalece certa estética literária representada por cânones, condicionando a incorporação do novo a partir do já conhecido (DAGFAL, 2004). Deste modo, além dos aspectos cognitivos implícitos na recepção de um artefato cultural como a IP, um objeto de conhecimento também é caracterizado afetivamente, vinculando-o a uma expectativa condizente à rede de tensões sociais integradas por indivíduos. A categoria interesse intelectual especifica objetivos e normas de conduta, além de delimitar o contexto de trabalho dos integrantes de uma comunidade disciplinar (DAGFAL, 2004). O conceito de campo (Bourdieu, 1997/2004) define o calibre de cada um dos detentores do capital intelectual mobilizado nas trocas entre membros de um campo disciplinar. Como fontes foram eleitos materiais catalográficos do acervo bibliográfico da UFMG. O contato com estas fontes deve levar à localização de pessoas que produziram material relacionado à IP. Deste modo, espera-se lançar luz sobre a institucionalização de aportes skinnerianos no ensino brasileiro, tomando o caso da UFMG como exemplo representativo.

Francisco Teixeira Portugal

A PSICOLOGIA E OS PROFESSORES DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Programa de Pós-graduação em Psicologia – UFRJ

Diante da solicitação da coordenação do Grupo de Trabalho História da Psicologia da ANPEPP para realização dos debates neste simpósio considero como ponto de interesse comum ao grupo os modos de produzir história da psicologia em suas variadas metodologias e objetos de atenção. Proponho, dessa forma, o *trabalho sobre o arquivo e a emergência da psicologia no Brasil* como aspectos de minha pesquisa a serem debatidos no Simpósio. As leituras dos colegas provavelmente indicarão aspectos novos e problematizações inesperadas, constituindo uma dinâmica de trocas e contribuições de grande valor para o trabalho acadêmico coletivo.

A história das relações entre a psicologia e os professores no início da Primeira República brasileira está calcada, nesta pesquisa, na análise da Revista Pedagógica (RP), publicação editada pelo Pedagogium entre 1890 e 1896. A orientação presente no periódico fazia da educação e do professor, seu público principal, a condição para o aprimoramento do país por constituir-se como instrumento político capaz de conduzir ao aperfeiçoamento pessoal e social. A psicologia deveria revelar os modos de funcionamento do psiquismo e sustentar parte da prática pedagógica modificando os modos de atuação do professorado. O discurso psicológico operacionalizou, com novos argumentos, uma forma de governo em que a ação sobre o indivíduo levaria à ordem social.

Discorrer sobre história da psicologia em suas relações com a atividade docente neste momento – o início da Primeira República – coloca o problema de como conceber a psicologia sem cair na armadilha do presentismo. Seria excessivamente impreciso falar, no Brasil, de uma psicologia já instituída com os dispositivos que lhe conferem legitimidade nos dias atuais mas, houve um investimento na psicologia como instrumento de ordenação social e uma reflexão das determinações sociais do próprio psiquismo que indicam sua importância e fornece um caminho para compreender sua consolidação. Se atualmente, após mais de um século de psicologia, habituamo-nos a pensar sua história como a narrativa de um objeto integralmente constituído cuja trajetória devemos remontar, quer na forma de disciplina ou de ciência, o trabalho sobre este arquivo mostra a fragilidade da instituição psicologia sobre a operação a que ela deve dar suporte, a atuação dos professores.

Os historiadores da psicologia que abordam como objeto de investigação um período anterior ao que se convencionou chamar hegemonicamente psicologia e contextos em que as universidades, os centros de pesquisa e as formas de valorização dos saberes instituídos não eram disseminadas e consolidadas como o são atualmente devem ser voltar aos modos pelos quais as psicologias, ou ao menos uma dela, foram formadas. Deparei-me na análise da RP com duas dificuldades.

A primeira diz respeito à ausência, naquele período, de uma psicologia consensual. O trabalho do historiador, mesmo do que se considera um historiador da psicologia, não se limita a indicar alguma das imagens da psicologia e dizer como ela esteve presente ou ausente do arquivo histórico selecionado. Importa, em um exercício genealógico, investigar as proveniências. Assim, em lugar de me prender à busca de uma protocientificidade procurarei indicar as funções atribuídas à psicologia nas alianças que fez com a educação. Tal procedimento visa tão somente mapear alguns dos investimentos sociais que forneceram consistência para a psicologia no momento mesmo em que ela aflorava como nova ferramenta de transformação social.

O segundo relaciona-se às diferenças entre a circulação de um saber como a psicologia nos países em que instituições com grande influência na gestão social como as universidades e centros de pesquisa eram atuantes e o Brasil em que esse tipo de instituição não exercia seu poder instituinte do mesmo modo. Não pretendo fazer a história da emergência teórica ou institucional de alguma das formas de psicologia da atualidade. O caminho escolhido foi avaliar, na produção discursiva da RP, a presença de argumentos que atribuíam à psicologia uma função social e indicar a forma como essa função poderia ser implementada.

A Revista Pedagógica e o Pedagogium

A educação foi reiteradamente defendida como instrumento maior para restaurar e reformar um povo, constituindo uma nação. Assim, entre os projetos alardeados pela nascente república de ruptura e renovação estava a reordenação da educação. A elaboração de um sistema nacional de ensino foi uma preocupação dos governos nas últimas décadas do Império e nas primeiras décadas da Primeira República ainda que, no final do século XIX, já estivesse configurado um controle municipalizado da instrução pública. De um modo geral, coube às províncias até 1989 e, a partir daí, aos estados a efetivação da instrução pública. Apesar da difusão dessa leitura histórica, houve ações centralizadoras como a criação do Pedagogium, instituído em 1890 pela Secretaria de Estado dos Negócios da InSTRUÇÃO PÚBLICA, Correios e Telégrafos cuja finalidade era ordenar a instrução pública e servir como “uma referência e modelo para a nação.”

A história do Pedagogium, instituição marco dos projetos de educação da Primeira República do Brasil, é pautada por um desequilíbrio nas fontes documentais de que dispõe o pesquisador. Seu período de existência – de 1890 a 1919 – pode ser dividido em duas partes no que toca a seus propósitos, a seu alcance e ao tipo de fonte documental disponível para construir sua história.

A primeira parte recobre o período de 1890 a 1896, época em que a instituição preencheu a função de Museu Pedagógico pretendendo cumprir, grosso modo, o ideal republicano de promover, pela ação do Estado e por meio de sua elite ilustrada, o progresso, a civilização e a modernidade para população brasileira.

Nesse período a instituição contou com a RP (1890 a 1896) como órgão difusor oficial de suas atividades, foi o centro da atuação federal para a instrução pública e teve como diretor Dr. Joaquim José Menezes Vieira. Os 48 números da Revista Pedagógica constituem um farto material de investigação sobre o funcionamento do Pedagogium e da educação nos anos iniciais da República, além dos relatórios ministeriais e outros documentos acessíveis nos acervos históricos.

O período seguinte recobre os anos de 1897 a 1919, data de seu fechamento. Esse recorte é marcado por uma significativa diferença no que toca à documentação disponível, assim como a seu alcance e propósitos. Em 1896 o Pedagogium, por um ato do Governo implementado somente em 1897, restringe sua atuação ao âmbito municipal e a RP ve chegar seu fim sem que conheça um substituto a altura. O periódico Educação e Ensino - Revista Pedagógica da InSTRUÇÃO PÚBLICA Municipal do Distrito Federal apresentado como sucessor não cumpre esse papel. O Pedagogium, nesse novo formato, passa a ser dirigido por Manoel Bomfim, cargo que ocupará com algumas interrupções até o fechamento da instituição.

Como o acervo do Pedagogium tem destino desconhecido até o momento a Revista Pedagógica figura como material precioso para sua história entre os anos de 1890 e 1896.

A RP surgiu com o propósito, presente em seu regimento, de constituir-se como catalisador das mudanças necessárias à instrução nacional. Dando um caráter prático a essa proposta o museu pedagógico buscara oferecer aos professores de instituições de ensino públicas e não-públicas instrumentos atualizados para realização de sua atividade profissional. Dessa forma, a RP figurava como um esforço relevante de transformação do cenário educacional no início do período republicano juntamente com alguns outros dispositivos como exposições anuais, escola primária modelo, concurso para livros.

Restringo-me, neste momento da pesquisa, a mapear as atribuições da psicologia presentes na publicação. A RP é especialmente interessante pela heterogeneidade dos textos nela publicados. Esta variedade incluía decretos, homenagens, necrologias, traduções de textos considerados relevantes para o aperfeiçoamento dos professores, relatos de visitas a escolas de diferentes países, propostas pedagógicas e bibliografias em que livros eram comentados³. Dessa forma, o arquivo de que nos valemos circulou por meios bastante diversificados, envolvendo desde a impressão de ações do Estado como os decretos até recomendações para as famílias como o livro das mães da seção denominada Pedagogia. Tal situação é vantajosa porque a análise destes documentos evidencia a polifonia dos agentes sociais, do legislador ao professor na sala de aula.

3 Uma descrição detalhada da estrutura da Revista Pedagógica encontra-se em Gondra (1997).

Os professores e a psicologia

Uma forma de ordenação da população foi realizada pela escolarização e coube aos professores, pelo menos no plano retórico-discursivo uma vez que, no Brasil, a educação para todos não foi implementada naquele momento, o papel de agente privilegiado. À educação também recaiu a obrigação de fornecer condições para a efetivação da cidadania. Em ambos os casos a psicologia encontrou formas de participação na educação.

Essa aliança pode ser discriminada em três formas de agenciamento. A atuação pedagógica do professor deveria ser pautada pelo reconhecimento de uma natureza humana, cuja constituição e forma de funcionamento caberia à psicologia descrever. A psicologia ganhou assento entre as práticas constituídas ao dar os braços à pedagogia na medida em que o conhecimento sobre a natureza humana torna-se a base para a regulação social. A atuação da pedagogia no plano moral é deslocada do debate político para a reflexão técnica de que caminho deveria ser seguido para a melhoria da educação.

Em um momento, como o nosso, em que os dispositivos técnicos funcionam como garantia de práticas psicológicas, refletir sobre seus usos na longínqua constituição da nossa Primeira República contribui para recolocar a função da história nas práticas atuais da psicologia junto à educação.

Helena Scarparo

PSICOLOGIA HÁ 50 ANOS: O JORNAL COMO FONTE

Programa de Pós-graduação em Psicologia – PUCRS

Esta pesquisa integra um projeto⁴ que investiga processos de instituição da Psicologia no Brasil, no cenário do Rio Grande do Sul (RS). Enfocamos aqui sentidos atribuídos à psicologia, na mídia impressa, em 1962, para conquistar aproximações possíveis das condições para emergência e instituição da psicologia no ano de sua oficialização no Brasil.

Para a coleta dos dados foi utilizado o Jornal “Correio do Povo”² um dos periódicos mais antigos no RS e que, 1962 era leitura preferencial. Após selecionar e fotografar os materiais, organizamos uma coletânea. Além da busca específica, fotografamos as capas dos jornais para indicar contextos que marcavam cada edição. Tal processo permitiu sondar sentidos de psicologia, tendo em vista a circulação das ideias e a expressão de versões sobre o tema (Spink & Gimenez, 1994; Spink & Medrado, 1999).

Contexto: 1962 foi um ano conturbado no Brasil, a recente renúncia de Jânio Quadros e posse de João Goulart num sistema parlamentarista marcaram politicamente o País. Globalmente, vivia-se a Guerra Fria, significada como improbabilidade de abrigar uma guerra e a impossibilidade de conquistar a paz (Aron, 1979). As capas dos Jornais focavam assuntos internacionais, mesmo quando os protagonistas das manchetes fossem brasileiros. O comunismo, pauta diária, era descrito com conotação depreciativa. Por exemplo, a manchete “Homens demasiadamente idosos e doentes estão governando a Rússia”, trazia na matéria a sugestão de “estudar efeitos que dirigentes enfermos têm exercido na história do mundo”(9/1/1962, p.1). Nesse período, comunistas - considerados produtores de mazelas (Fausto, 2009) - precisavam ser enfrentados “com armas espirituais e éticas” (9/1/1962, p.1).

Temas frequentes como viagens espaciais, avanços tecnológicos e vida no futuro motivavam comparações entre capitalistas e comunistas. Ao falar da “conquista do espaço, da lua e de outros planetas”³ que parecem mais próximos e não mais tão inatingíveis”, o Jornal apontou que, enquanto os EUA computam setenta lançamentos, a URSS tem apenas 13 satélites observadores.

Psicologia: As matérias referentes à psicologia denotam atribuições e prospecções para área num contexto de industrialização, valorização tecnológica e controle ideológico. Isso propiciava práticas voltadas à oferta de bens e serviços. Uma notícia de 2/12 é ilustrativa: A manchete “Porto Alegre é sede de um verdadeiro laboratório psicológico de cores” referia-se a uma pesquisa, com 3600 participantes, acerca da psicodinâmica das cores. A investigação foi coordenada pelo arquiteto “Simão Goldman, com auxílio da psicóloga Leila Ramos”. O Jornal informou que os resultados forneceriam “respostas para muitos casos de aplicação de cores e desenhos na indústria”, além da observação “de reações psico-sociais”.

Também o curso “Psicologia para vendedores”, do “Centro de Psicologia da Venda” foi notícia. Dirigido pelo “psicopedagogo Kurt Richter”, objetivava a “preparação adequada do elemento que milita em vendas”. Entre os conteúdos figuravam “biotipologia humana e aplicação na prática dos negócios”, “dinâmica cerebral da conduta humana”, “psicologia dos grupos humanos”, “relações entre servidor e público”, “relações públicas e liderança em reuniões” e “técnicas de vendas” (18/02). Nesses exemplos, diferentes profissionais se dedicavam às práticas psicológicas, o que poderia tornar

⁴ “A construção da Psicologia no Rio Grande do Sul: das práticas sociais à produção de conhecimentos através de múltiplas metodologias” Pesquisa desenvolvida com apoio do CNPq e FAPERGS, pela equipe do Grupo de Pesquisa “Psicologia e Políticas Sociais – História, Memória e Produção do Presente”, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.

² As edições consultadas pertencem ao acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, em P. Alegre.

³ Grifo da autora

a consolidação das fronteiras profissionais uma árdua tarefa⁴. Tal tema foi também foi tangenciado na visita ao Brasil do presidente da “Associação Psicanalítica Internacional”, o médico estadunidense Maxwell Gitelson. Na reportagem “Psicanálise e Psiquiatria tem que caminhar juntas” (14/8/1962) Gitelson afirmou que psiquiatria, bioquímica e fisiologia eram base para o psicodiagnóstico psicanalítico, mas que a “ciência de Freud” só poderia ser parte do aprendizado da psicologia “de forma intelectual”. Concomitantemente, muitos eventos eram protagonizados por médicos. É o caso da palestra promovida pela Faculdade de Filosofia da URGS, sobre Psicanálise e suas aplicações (01 e 15/05) e do “Seminário Estudantil Latino-americano de Psicologia Médica”, realizado em Ribeirão Preto, de 22 a 29 de julho daquele ano (CP, 8/6/1962).

No campo institucional, a área figura na notícia sobre a fundação da “Associação de Saúde mental” (CP, 23/6 e 5/7), uma iniciativa da equipe do Hospital Psiquiátrico São Pedro, para orientar a população quanto à etiologia e ao manejo da doença mental. Participavam da equipe proponente os psicólogos Artur Saldanha, José Fenianos, Jurema Alcides da Cunha e Graciema Pacheco.

As noções de saúde mental se articulavam à prevenção e ao conceito de normalidade, significado como capacidade de trabalhar, constituir família e conviver harmonicamente. Destaca-se a matéria “Como está sua saúde mental?” (C. P, 8/4/1962), com um questionário apresentado em Paris, no Congresso Internacional de Medicina e Higiene Escolares. Esse instrumento, dirigido às mulheres, diagnosticava a “boa saúde mental” ou a “doença” – caso em que seria necessário suprimir as causas do mal, ou buscar ajuda especializada. Entre as questões figuram: “As crianças a deixam constantemente nervosa?” “Você pensa que tem sempre razão e que as pessoas que discordam de você estão sempre erradas? “Queixa-se de numerosas dores vagas para as quais médicos não encontram causas físicas?”. Saúde mental e felicidade aparecem como sinônimos e descrevem alguém “sem problemas”, com atitude calma, cordata, invariavelmente tranquila e amigável.

A atribuição de avaliar comportamentos era usual nas alusões à psicologia. Foram frequentes os textos dedicados à educação infantil e ao manejo das relações familiares. Podemos citar como exemplo, a coluna “Nós e as crianças”, assinada pela psicóloga Yeda Roesch da Silva e várias reportagens acerca da delinquência juvenil e do comportamento familiar. Também proliferavam anúncios de cursos sobre “psicologia profunda” e avaliação psicológica. Esses possibilitavam práticas de orientação e seleção profissional. Nesse sentido, é noticiado (10/3/1962) que a Universidade de Brasília “a mais nova (“e revolucionária”) universidade brasileira”, promovia entrevistas e exames psicotécnicos para vestibulandos com uma “salutar finalidade de ordem vocacional”, pois promovia o “afastamento da universidade de gente psiquicamente incapaz de a frequentar, embora passando nos exames ordinários”.

Anos depois, discussão desse tipo emergiu no Projeto –Lei nº2726/80, do Deputado Julianelli, nos anos 1980 (Scarparo & Osorio, 2009) e, recentemente, no Projeto de Lei do Ato Médico, motivos de controvérsias e mobilizações por parte das categorias envolvidas.

A psicologia aparece, também, atrelada às discussões globais, como a Guerra Fria e o receio de eclosão de outra guerra. A vinda a Porto Alegre do psicólogo Henry Clay Lindgren da “San Francisco State College” exemplifica tal constatação. Especialista em saúde mental e psicologia educacional, veio ao Brasil, para ministrar cursos e palestras, patrocinados pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e pelo e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). No RS a organização coube ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais da URGS. Numa palestra, Lindgren tratou da “contribuição potencial da psicologia para a paz mundial” (p.9). Segundo ele, as relações internacionais “apresentam grande similitude com as relações entre as pessoas, principalmente no que se refere à hostilidade” e a psicologia acumula “dados objetivos” para abordar preventivamente essa questão. Sua esperança era o reconhecimento dessa aplicabilidade, “antes que seja tarde”.

Tais notícias antecediam a oficialização da profissão, ocorrida em 27 de agosto. Nessa edição, consta que, em reunião na Sociedade de Psicologia, José Fenianos, seu presidente, expressou satisfação pela sanção do projeto que “regulamentou o curso e a atividade profissional”. Concomitante a essa conquista, multiplicaram-se as candidaturas a sócio da entidade, prenúncio da consolidação da área⁵.

Considerações: A pesquisa, ainda em andamento, busca agora o refinamento dos resultados definindo densidades dos temas e ampliando a discussão a partir de outras fontes: narrativas, bibliográficas e documentais.

Também temos discutido a importância da mídia impressa como instrumento da história recente da psicologia, pois permite acesso ao cotidiano do passado (Braudel, 1992) por parte dos egressos do futuro.

A opção por esse tema, neste momento, provavelmente, se inspirou num antigo hábito da nossa civilização que induz comemorações – usar marcadores da distância entre o passado e o presente como possibilidade de intensificar ou perpetuar memórias. As comemorações são práticas culturais que atam comunidade e memória. Elas trazem possibilidades de suspender cisões entre presente e passado, abrindo espaços para a rememoração de momentos fundadores e de princípios geradores do acontecimento, o que torna possível a discussão do devir. (Nicolazzi, 2008; Silva, 2002). Por isso, podemos dizer que comemorar é uma prática política voltada para o presente e para o futuro (Müller, 2011) lugares a nossa disposição para construir a história da psicologia que queremos consolidar.

⁵ Salientamos que somente nos anos 1970 foi instituído o Conselho Federal de Psicologia no Brasil.

Referencias

- Aron, R. (1979) Paz e guerra entre as nações. Brasília: Editora UnB.
 Braudel, F. (1992). Reflexões sobre a História. São Paulo: Martins Fontes .
 Fausto, Boris. (2009) História do Brasil. 13. ed. São Paulo : EDUSP.
 Muller, Angélica. (2011) "Você me prende vivo, eu escapo morto": a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar. *Rev. Bras. Hist.* 31 (61), 167-184.
 Nicolazzi, Fernando; Araujo, Valdei. (2008). A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In Varella, F. ; Araujo, V. L. ; Mata, S. R.; Mollo, H. M. (Orgs). A dinâmica do Historicismo. Belo Horizonte: Argvmentvm.
 Silva, Helenice Rodrigues da. (2002) Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Rev. Bras. Hist.* 22 (44) 425-438.
 Spink, Mary Jane Paris, & Gimenes, Maria da Gloria G.. (1994). Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde e Sociedade*, 3(2), 149-171.
 Spink, Mary Jane. & Medrado, B., 1999. Produção de sentido no cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas* (M. J. P. Spink, org.), pp. 41-61, São Paulo: Cortez Editora.

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim (Doutoranda) e Ana Maria Jacó-Vilela (Orientadora)

**DETERMINAÇÕES DA POLÍTICA CIENTÍFICA
PARA A PESQUISA EM PSICOLOGIA NO BRASIL**
Doutoranda Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – UERJ

Desde sua criação, há 60 anos, o CNPq tem sido órgão importante para a pesquisa no Brasil. Uma de suas principais ações, a implementação do Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa, de 1976, valoriza a produção científica de pesquisadores. Atualmente, o Programa conta com 297 bolsistas na área de Psicologia (PQs), que assumem, por vezes, funções de assessoramento na sua área de inserção. Nesse interregno, as políticas científicas, dentre outras características, têm atrelado produtivismo acadêmico à avaliação e, por conseguinte, ao fomento. Nos últimos anos, essa determinação se disseminou na comunidade acadêmico-científica, tornando acirrada a disputa por financiamento. Nesse cenário emblemático da ciência, é relevante indagar de que modo a política científica tem impactado a construção dos saberes psicológicos no Brasil. Pretende-se investigar como, historicamente, o campo de pesquisa em Psicologia tem agregado determinações da política científica, seguindo preceitos de indução da produção científica. Nessa direção, objetiva-se analisar as políticas de ciência, tecnologia e inovação do país num panorama histórico, apontando suas implicações para o desenvolvimento do campo de pesquisa em Psicologia, e para os saberes psicológicos produzidos, e investigar a inserção e a atuação dos PQs nos processos de construção da política científica no Brasil. Para isso, realizar-se-á pesquisa exploratória, composta por dois estudos, ambos com etapas documental e de campo. No primeiro, serão mapeados documentos oficiais da política científica no Brasil e do campo de pesquisa em Psicologia, no Centro de Memória do CNPq, nas normativas da agência e nos relatórios de reuniões do CA-PS. Ainda neste primeiro estudo, acrescenta-se entrevista semiestruturada individual com membros do CA-PS e pesquisadores que receberam ou recebem financiamento por meio do Programa PQ, a fim de discutir o histórico das mudanças nos critérios objetivos de concessão de bolsas de produtividade em pesquisa e a aplicação desse modelo aos demais âmbitos de fomento para a comunidade científica da área, o produtivismo acadêmico, a política de internacionalização, o fomento a áreas estratégicas, as implicações no modo de produzir e divulgar ciência. No segundo estudo, pretende-se investigar os lugares que os bolsistas PQs assumem na comunidade acadêmico-científica, tornando-se atores importantes no desenvolvimento científico da Psicologia no Brasil. Serão consultados os currículos lattes dos PQs para identificar suas atuações nos cargos de representação da área. Em seguida, entrevista semiestruturada individual com tais pesquisadores enfocará a exigência ou sugestão de que tais cargos sejam ocupados por pesquisadores na condição de bolsistas de produtividade, as atribuições e a importância dos cargos que ocuparam ou ocupam para a elaboração de políticas científicas no Brasil, as políticas de indução de produção científica, as repercussões para a Psicologia, o fomento à pesquisa, o acúmulo de trabalho quando não são afastados de suas funções originais, as relações entre as entidades da comunidade científica e as agências de fomento. Documentos e entrevistas serão catalogados com auxílio do programa *QDA Miner*, para análise por meio de uma perspectiva de caráter histórico, considerando continuidades, rupturas e contradições desse processo. A expectativa é que os resultados deste estudo viabilizem uma discussão acerca da inserção da Psicologia no cenário nacional da política científica.

Palavras-chave: política científica, História da Psicologia, produção científica.

Lidiane de Oliveira Goes (Doutoranda) e Ana Maria Jacó-Vilela (Orientadora)

**PSICOLOGIA E O GRUPO DE PESCADORES E PESCADORAS:
CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO E DE INTERVENÇÃO**
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ

O interesse pela relação entre a história da Psicologia Social e o grupo de pescadores e pescadoras surgiu ao investigar como a nomeação *mulher pescadora* era usada no cotidiano das comunidades pesqueiras. Algumas autoras (ESCALLIER, 1999; MOTTAMAÚES, 1999; MANESCHY, 1995; WOORTMANN, 1992) apontam que, nestas comunidades, a pesca é entendida tradicionalmente como domínio masculino. Falar em mulheres pescadoras é algo quase inexistente, sugerindo sua invisibilidade nessas comunidades. O pesquisador, segundo Woortmann (1992), também pode contribuir para a invisibilidade das atividades que as mulheres realizam na pesca; uma vez que assume como absoluto o discurso das comunidades sem levar em consideração as atividades realizadas no âmbito privado – o da casa, o da terra em oposição ao do mar. Assim, não só a invisibilidade das atividades desenvolvidas pelas mulheres na pesca como a própria atividade pesqueira e a caracterização do grupo pesqueiro é construída pelo olhar do pesquisador. Essa construção pode ser observada também nas publicações da literatura acadêmica. Em relação às publicações acadêmicas referentes à pesca e ao grupo de pescadores e pescadoras, Motta-Maués (1999) aponta para a escassez de estudos tanto na Sociologia como na Antropologia em relação ao tema. Na Psicologia a situação parece ser a mesma, pois durante o levantamento bibliográfico no mestrado identifiquei apenas a tese de doutorado a respeito (Ribeiro, 2003). Tais observações levam a ideia de um esquecimento ou desinteresse das ciências para com esse grupo profissional. Nesse sentido, este questiona esse esquecimento na Psicologia. O que aconteceu ao longo da constituição dessa ciência no Brasil que contribuiu para a não configuração do grupo de pescadores e pescadoras como campo de estudo e de intervenção psicológica? Em busca de resposta a essa questão, descobri Gioconda Mussolini, que se constituiu para mim como personagem de uma trama que reúne Psicologia, Antropologia, Sociologia e Pesca. Segundo Ciacchi (2007), Gioconda teve importância na constituição de uma subdisciplina denominada Antropologia da Pesca, devido às inovações teóricas, metodológicas e epistemológicas que os seus estudos com comunidades pesqueiras apontavam durante os anos de 1944 e 1961. Além disso, também atuou na formação de outros pesquisadores a Antropologia e Psicologia. Além de professora de graduação nos primeiros anos de funcionamento do Curso de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP, conforme aponta Bosi (1994), foi sócio-fundadora da antiga Sociedade de Psicologia de São Paulo que no ano de 1949 lançou o *Boletim de Psicologia*, ainda em circulação nos dias atuais. Este estudo configura-se, portanto, como historiográfico em que serão considerados como material de análise as narrativas de ex-estudantes, docentes, funcionários que conviveram com Gioconda Mussolini; e os documentos de domínio público a serem levantados nas instituições de ensino e produção científica que a mesma participou, principalmente, as que estão relacionadas diretamente à Psicologia.

Referências

- BOSI, Ecléa. Memória da Psicologia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 8, n. 22, Dec. 1994 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300048&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Sept. 2011.
- CACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 50, n. 1, junho, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012007000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Set., 2011.
- ESCALLIER, C. . O papel das mulheres da Nazaré na economia haliêutica. **Etnográfica**, Lisboa, vol. III, n. 2, p. 293-308, 1999. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_293-308.pdf>. Acesso em: 16 jun., 2006.
- MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, ser. Antropologia – Vol. 11, n 2, p.145-166, Belém, 1995.

MOTTA-MAÚES, M. A. . Pesca de homem/peixe de mulher (?):repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, vol. III, n. 2, p. 377-399, 1999. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-399.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2006.

RIBEIRO, M. A. T.. **A perspectiva dialógica na compreensão de problemas sociais**: o caso da pesca de curral em Ipioca-Maceió-AL. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

WOORTMANN, E. F.. Da complementariedade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 41-61, fev., 1992.

Maria Fernanda Costa Waeny

PSICOLOGIA HISTÓRICA: UM ESTUDO CRÍTICO

Pós-doutoranda em Psicologia Social – PUCSP

Psicologia histórica é um termo vinculado a pelo menos quatro nomes: Henri Berr (a quem atribui-se o pioneirismo no uso do termo, em 1899), Lucien Febvre (interessado pelas relações entre história e psicologia, a ela fez várias menções), Ignace Meyerson (o mais reconhecido e sistemático autor sobre o tema), Jean-Pierre Vernant (discípulo de Meyerson). Justificar Ignace Meyerson (Varsóvia, 1888 - Paris, 1983) como autor mais reconhecido é tarefa fácil, por dois motivos:

Um deles é a própria biografia; ela se divide em dois grandes períodos: chegada a Paris - vésperas da II Guerra Mundial (1905-1939); e período dedicado à psicologia histórica (1940-1983). Em Paris completou seus estudos, cumpriu residência médica na *Salpêtrière* (com Phillippe Chaslin), realizou pesquisas psico-fisiológicas no Instituto Marey (com Louis Lapicque), assumiu o secretariado da Sociedade francesa de Psicologia e do Jornal de *Psychologie Normale et Pathologique* (a convite de Henri Wallon), foi assistente de Henri Piéron no Laboratório de Psicofisiologia, traduziu *Die Traumdeutung [Interpretação dos sonhos]*, de Freud, iniciou uma longa pesquisa experimental sobre os chimpanzés (com Paul Guillaume), lecionou na Universidade de Paris e em Toulouse.

Na segunda fase fundou a Sociedade toulousiana de Psicologia Comparativa e organizou o colóquio *O trabalho e as técnicas* (1941); a defesa da tese, *Les fonctions psychologiques et les oeuvre* (1948), formalizou sua proposta em psicologia histórica; iniciou seus cursos de psicologia comparativa na Escola Prática de Altos Estudos/Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (1951); e fundou o Centro de Pesquisas em Psicologia Comparativa (1953), órgão promotor de ciclos de conferências quinzenais e três colóquios interdisciplinares (*Problemas da cor*, 1954; *Problemas da pessoa*, 1960; *O sinal e os sistemas de signos*, 1962).

É interessante como a bibliografia de Meyerson reflete as atividades acadêmicas nas quais esteve envolvido: elaborou inúmeras resenhas para o *L'Année Psychologique* (1920-1939) e o *Journal de Psychologie* (1920-1983); sua atuação no *Journal de Psychologie* (1920-1983) garantiu o caráter interdisciplinar inicial deste periódico; publicou mais de setenta textos (entre artigos, obituários, apresentação de exposições, encerramento de colóquios e congressos); e manteve os ciclos de conferência e cursos ininterruptamente durante 30 anos (1951-1983).

O segundo motivo deriva do primeiro: a dedicação de pesquisadores interessados em organizar e difundir seu pensamento. São coletâneas como *Recherches sur l'usage de l'instrument chez les singes* (1987), *Écrits 1920-1940. Pour une psychologie historique* (1987), *Forme couleur mouvement dans les arts plastiques* (1953-1974) (1991); homenagens como *Psychologie comparative et art. Hommage à Ignace Meyerson* (1972), e *Pour une psychologie historique. Écrits en hommage à Ignace Meyerson* (Parot, 1996); a reimpressão da tese (Meyerson, 1995); a publicação do curso *Existe-t-il une nature humaine?* (Parot, 2000), a organização e depósito de seu acervo nos Archives Nationales [Fontainebleau] (Charmasson et al, 1995); e diversas pesquisas sobre o assunto (Di Donato, 1982, 1990, 1995; López, 2007; Romero, 1997; Waeny, 1997 e 2005; Parot, 2000), entre outros.

Posteriormente surgiram novos títulos em psicologia histórica: *Metablética. Psicologia histórica* (Van den Berg, 1965), cujo original data de 1956; *Problems of historical psychology* (Barbu, 1961); *Introduction à la France moderne (1500-1640): essai de psychologie historique* (Mandrou, 1961). Se o recurso ao mesmo termo não garantiu unidade à psicologia histórica, por outro lado é muito comum psicologia histórica ser mencionada ora como equivalente, ora como opositor, a termos tais como psicohistória, utensilagem mental, mentalidades, antropologia histórica, psicologia histórico-cultural.

Porém, e apesar das possíveis intersecções entre psicologia histórica e seus termos correlatos, a denominação em si antecede o período comumente estabelecido: a primeira menção até agora localizada foi feita por Vinet, em 1856 - e não por Berr, em 1899. Tudo indica que as primeiras

menções ocorreram em textos de livros e periódicos para, em 1896, com Gebhart, surgir o primeiro título em psicologia histórica. E desde então o uso tem sido recorrente.

Os dados obtidos geraram dois artigos a serem publicados, ambos previstos pelo projeto de Pós-doc: *Por história da psicologia histórica e Presença da psicologia histórica no Brasil*.

Por história da psicologia histórica apresenta autores, datas e tipo de publicação demonstrando, assim, a anterioridade no uso do termo psicologia histórica; a título de exemplo, e dando preferência a citações de autores e temas da psicologia, temos: *Traité des facultés de l'âme, comprenant l'histoire des principales théories psychologiques* (Garnier, 1865); *L'homme et l'intelligence: fragments de physiologie et de psychologie* (Richet, 1884); *L'Hérité psychologique* (Ribot, 1894); *La culture des idées: du style ou de l'écriture, la création subconsciente, la dissociation des idées* (Gourmont, 1900). O objetivo do é incitar o interesse pelo percurso histórico da psicologia histórica na própria história da psicologia.

Presença da psicologia histórica no Brasil apresenta dados oriundos de fontes nacionais. A primeira menção data de 1877, por Galvão Bueno, em *Noções de philosophia: accommodadas ao sistema de Krause e extrahidas das obras philosophicas de G. Tiberghien e Ahrens*. O termo ressurge só vai ressurgir em 1978, desta vez pelas mãos de Eliezer Schneider, em seu livro *Psicologia social: cultura. Histórica. política*. A partir da década de 1980 aumenta o interesse: Augras e Penna, por exemplo, publicam artigos sobre a psicologia histórica; ela também passou a figurar como disciplina nos cursos de graduação em psicologia da UERJ (UERJ, 1999), UFJF e FUMEC (acervo pessoal) e de pós-graduação do ISOP-FGVRJ (Parecer nº 414/68); em monografias de curso de pós-graduação (Zonta, 1991), foi objeto de concurso na UFJF (Editais nº 4, nº7; Extrato de contrato 158/2003), tema de dissertações (Filippo, 1984) e artigos (Penna, 1982 e 1988; Cambauva et al, 1997; Augras, 1985 e 1997; Waeny, 2005), apresentações em congressos (Augras, 1988) – inclusive na própria Anpepp (Augras, 1988) - e capítulos de livros (Penna, 1991 e 1988; Massimi et al, 1996; Lima, 2006). Merece destaque a carta de Cruz Costa a Meyerson, na qual o brasileiro menciona o encontro em Paris, onde também menciona que ter lido o livro (*Les fonctions...*) esclareceu aspectos até então vagos; é também interessante o telegrama de Meyerson solicitando vaga para lecionar psicologia experimental na USP, cuja negativa mencionou a indicação de Georges Gurvitch. O objetivo do artigo é apresentar dados do percurso da psicologia histórica no Brasil no âmbito da história da psicologia brasileira, citando alguns de seus personagens.

Esta pesquisa pode interessar o GT devido à extensão e possíveis desdobramentos dos dados apresentados; neste primeiro momento o mais relevante a ser relatado são os dados descritivos e preparatórios para análises mais aprofundadas. É possível a contribuição dos membros do GT através da localização de documentos ainda não encontrados em algumas das instituições mencionadas.

Bibliografia

- Augras, M.R.A. (1985). A psicología da cultura. *Psicología: Teoria e pesquisa*, 1(2), 99-109.
- Augras, M.R.A. (1988). *Pesquisas em psicología da cultura (1982-1987)*. Comunicação apresentada no 1º Simpósio brasileiro de pesquisa e intercâmbio científico, Caruaru.
- Augras, M.R.A. (1997). De la psicología histórica la psicología de la cultura. *Revista del Museo Mitre*, 10, 25-39.
- Barbu, Z. (1961). *Problems of historical psychology*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Cambauva, L.G.; Silva, L.C. & Ferreira, W. (1997). Da história da psicología à psicología histórica. *Psicología em Estudo*, 2(2), 113-124.
- Charmasson, T.; Démelier, D.; Parot, F. & Vermès, G. (1995). *521 AP 1 à 67: Archives d'Ignace Meyerson*. Paris: Archives Nationales.
- Di Donato, R. (1982). Invito alla lettura dell'opera di Ignace Meyerson. Psicología storica e studio del mondo antico. *Annali della Scuola Superiore di Pisa*, XII, 2, 602-664.
- Di Donato, R. (1990). Per una antropología del mundo antiguo. Florence: S/E.
- Di Donato, R. (1995). Postface. Em I. Meyerson, *Les fonctions psychologiques et les œuvres* (pp.223-272). Paris: Albin Michel.
- Écrits 1920-1983: pour une psychologie historique*: Ignace Meyerson. (1987). Paris: PUF.
- Edital nº4, de 27/01/2003: Seleção de professor substituto. (2003, 29/janeiro). *Diário Of. da União*.
- Edital nº7, de 14/02/2005: Seleção de professor substituto. (2005, 22/ fevereiro). *Diário Of. da União*.
- Extrato de contrato nº158/2003. (2003, 29/abril). *Diário Of. da União*.
- Febvre, L. (1978). História e psicología, segundo Febvre. In C.G. Mota (Org.), *Lucien Febvre: história* (pp.108-121). São Paulo: Ática.

- Filippo, A. C. (1984). *A diferença entre a história da psicologia e a psicologia histórica* (Dissertação de Mestrado, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro).
- Lima, R.S. (2006). A Psicologia em Ignace Meyerson. In *Ensaios sobre o Pensamento Contemporâneo: Bergson, Benjamin, Foucault e Meyerson* (pp.81-92). Niterói: Proclama.
- López, N.P. (2007). *La psicología histórica de Ignace Meyerson* (Tese de Doutorado, Universidad Complutense de Madrid/Université Paris Descartes, Madrid/Paris).
- Mandrou, R. (1961). *Introduction à la France moderne (1500-1640): Essai de psychologie historique*. Paris: Albin Michel.
- Massimi, M., Campos R.H.F., & Brozek, J. (1996). Historiografia da psicologia: métodos. In R.H.F. Campos (Org.), *História da psicologia* (pp.29-56). São Paulo: Educ.
- Meyerson, I. (1948). *Les fonctions psychologiques et les oeuvres*. Paris: Vrin.
- Meyerson, I. (1951). L'intelligence plénière. In *Valeur philosophique de la psychologie*. Paris: PUF.
- Meyerson, I. (1987). *Recherches sur l'usage de l'instrument chez les singes*. Paris: Vrin.
- Meyerson, I. (1991). *Forme couleur mouvement dans les arts plastiques (1953-1974)*. Paris: Adam Biro.
- Parecer nº 414/68: processo nº 23038.002930/85-58. (1986, 30 de junho).
- Parot, F. (1996). (Org.) (1996). *Pour une psychologie historique. Écrits en hommage a Ignace Meyerson*. Paris, PUF.
- Penna, A.G. (1982). Psicologia e história. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 34(3), 89-95.
- Penna, A.G. (1987). Psicologia e história. In A.G. Penna. *História e psicologia* (17-26). RJ: Vértice.
- Penna, A.G. (1988). As funções psicológicas e o tempo. *Arq. bras. de Psicologia*, 40(4), 17-24.
- Penna, A.G. (1991). Psicologia e história: a psicologia histórica. In A.G. Penna, *História das idéias psicológicas* (pp. 41-48). Rio de Janeiro: Imago.
- Schneider, E. (1978). Um ensaio de psicologia histórica: controle social e sentimentos sociais. In E. Schneider, *Psicologia social: cultura: histórica: política* (134-179). RJ: Guanabara.
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (1999). *Programa de disciplina*.
- Van Den Berg, J.H. (1965). *Metabletica. Psicologia histórica*. SP: Mestre Jou.
- Vernant, J.P. (1965). Histoire et psychologie. *Revue de synthèse*, 37/39, 85-101.
- Vernant, J.P. (1965a). *Mythe et pensée chez les grecs: études de psychologie historique*. Paris: Maspero.
- Waeny, M.F.C. (1997). A psicologia histórica de Ignace Meyerson (Exame de qualificação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Waeny, M.F.C. (1998). *A psicologia histórica de Ignace Meyerson* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Waeny, M.F.C. (2003). História e psicologia em Henri Berr. *Memorandum*, 5, 36-41.
- Waeny, M.F.C. (2005). Bibliografia de Ignace Meyerson. *Memorandum*, 9, 132-140.
- Zonta, C. (1991). *A psicologia histórica: caminhos, limites e possibilidades no contexto da ciência* (Manuscrito não publicado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Maria Lucia Boarini

POR UMA “SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS”. O SONHO CENTENÁRIO.

Programas de Pós-Graduação em Historia da Educação e Psicologia – UEM

O manicômio, sob qualquer das suas formas, salvo casos excepcionais, é de um emprego desastrado e improfícuo para o louco e radicalmente desnecessário para o idiota (PASSOS, 1913)

Há décadas o Conselho Federal de Psicologia assume como uma de suas principais lutas a defesa dos princípios da reforma psiquiátrica que se opõe frontalmente ao paradigma pautado no modelo hospitalocêntrico.

Vale lembrar que este movimento, no Brasil, tal como o conhecemos atualmente emerge (1978-1980) no ocaso dos terríveis anos de chumbo da ditadura militar. São instituições, entidades, movimentos e militâncias envolvidas com a formulação das políticas de saúde mental que desencadearam o que denominamos de reforma psiquiátrica. Dentre estes atores destacamos o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental/MTSM. Tendo como uma de suas principais características a pluralidade e a resistência a não institucionalização o MTSM deixou marcas indeléveis neste processo. Desde então, engajados, neste movimento, a categoria dos psicólogos, por meio do Conselho Federal de Psicologia vem mantendo uma postura combativa na luta por uma “sociedade sem manicômios”. Já contamos com significativa literatura especializada que detalha e registra o desenrolar deste processo bem como os embates atuais.

Enfim, recuperamos este assunto, aparentemente tão atual, para sinalizar que estamos reproduzindo inquietações que alguns médicos higienistas manifestavam, há quase um século. Outrossim, embora esta luta não seja específica do campo da psicologia, como mencionamos anteriormente, entendemos que conhecer a gênese e o período da produção deste discurso, defendido de forma veemente pelo nosso órgão de classe – o Conselho Federal de Psicologia - é, sem dúvida, parte da história da psicologia.

Para não fugir ao escopo desta exposição não vamos nos aprofundar na origem e momento histórico que gerou estas inquietações. Recuperamos apenas algumas afirmações quase “seculares” que, a nosso juízo, salvaguardada as limitações históricas da época, se constituem em sinais do embrião da luta por uma “sociedade sem manicômios”.

Nesta perspectiva, vamos encontrar o professor e médico higienista⁵ Gustavo Rezende (1929) denunciando o preconceito e o temor da loucura⁶:

“Até hoje, infelizmente, as psicopatias são consideradas pelo povo doenças incuráveis, inevitáveis, antissociais que causam terror em vez de inspirarem piedade”. Não raro se encontra a referência ao destino, quando não são atribuídas as obsessões espíritas etc. o que é ainda digno de lastima é que continua a ser julgado perigoso e incapaz de exercer qualquer função todo aquele que no seu *curriculum vitae* tiver um estágio em um manicômio (p. 64).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, pouco tempo depois, o professor e médico higienista Julio Porto-Carrero (1933) faz denúncias do mesmo teor deixando claro que esta forma de entender e tratar a loucura produz como corolário “a perpetua” internação em hospitais psiquiátricos:

⁵ No século XIX o Movimento Higienista, como ficou conhecido, esteve ligado à busca por soluções aos problemas sanitários enfrentados pela população brasileira. No século XX desdobrou-se no chamado Movimento de Higiene Mental cuja criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923, expressa a preocupação médica-científica no período com as doenças mentais. Outras informações consultar Machado et al. (1978); Costa (1989); Boarini (2003); entre outros.

⁶ Importante destacar a concepção de loucura/doença mental da época. Tratavam como sinônimos a psicopatia, a psicose, as moléstias mentais, a loucura, a alienação.

“se ao condenado, embora cumprida a pena, não lhe perdoa a sociedade o seu crime, também ao louco nunca lhe restitui a confiança na razão e no juízo, ainda quando completa a cura. Feridos de injusto descrédito, os que deixam o manicômio encontram por toda parte a desconfiança, quando não o ridículo; e quando acaso necessitem de amparo, trata-os a sociedade como perigosos e exige que sejam mantidos em perpetua sequestração...” (p. 371).

Os higienistas também reconheciam o atraso no conhecimento sobre o fenômeno da loucura por conta do preconceito, das crenças sem fundamento, que ressoava no campo da assistência.

“o problema de assistência aos insanos, talvez por ser de grande complexidade, provavelmente em virtude da transcendência dos distúrbios psíquicos caminha a passos lentos em todos os países. Conceitos errôneos secularmente arraigados na alma popular, e infelizmente até nos espíritos eruditos, deixaram por muito tempo vegetar nas trevas e nas dores a multidão de nossos irmãos insanos. Mesmo as religiões que deveriam ser elucidadas pelo sopro divino, eivadas de preconceitos, concorreram para o atraso da marcha dos conhecimentos psíquicos...” (REZENDE, 1933, p. 182).

Neste período, década de 1930, a Liga Brasileira de Hygiene Mental propõe e implementa o *Patronato dos egressos dos manicômios* que “em tudo se assemelha a casa de família. Não mais a disciplina rígida, os rigores de horário e as paredes nuas do hospital, mas o ambiente familiar, salas de estar arranjadas com simplicidade, porem com gosto e aconchego” Bittencourt (1933) (p.373).

Mantido por doações este Patronato era uma instituição intermediaria entre o manicômio e a família do paciente. Dentre seus objetivos constavam: “Auxiliar materialmente os egressos sem parentes ou amigos ou pessoas que por eles se interessem; Estar sempre em contato com os egressos por intermédio das visitadoras sociais; Vulgarização do conhecimento de psiquiatria, de modo que o povo compreenda seu dever de auxiliar os egressos, aceitando-os na comunidade e amparando-os.” (REZENDE, 1933, p. 183).

Vale lembrar que, em nossos dias, temos as Residências Terapêuticas/SRTs que são as moradias destinadas às pessoas que há anos estão internadas em manicômios, perderam os vínculos familiares e já não contam com suporte adequado na comunidade. Diferentemente do Patronato dos egressos dos manicômios que eram mantidas pela filantropia, as SRTs instituídas pela Portaria n.º 106/2000 fazem parte Política Nacional de Saúde Mental e assim mantidas pelo poder publico. Em geral, os moradores destas SRTs apresentam dificuldades para administrar o seu cotidiano o que exige uma assistência diária que os façam recobrar, na medida do possível, a autonomia perdida no longo tempo de internação.

E para esta situação, já em 1931 o medico Annibal Cypriano da Silveira Santos defendia em sua tese de doutorado a implantação das clinicas abertas para atender as pessoas acometidas de “moléstias mentais” e dentre outras conclusões afirma:

“A clinica aberta de moléstias mentais representa no plano de assistência completa aos alienados papel primordial; oferece rápido e fácil acesso, sem melindrar o amor próprio das pessoas que apresentam perturbações mentais; *Multiplica a eficiência dos processos terapêuticos hoje empregados e evita em grande parte dos casos a passagem para o estado crônico;* Restringe o numero de internamentos em hospitais fechados, e, além disso, economiza tempo, esforço e pessoal nestes estabelecimentos.” Silveira Santos (1931, p. 78, grifo nosso)

Da Europa também chegavam ideias favoráveis à assistência extra muro hospitalar, tal como expõe, em conferencia, o medico higienista Ernani Lopes:

Hoje em dia na Alemanha, em relação a uma psicose das mais frequentes, a esquizofrenia, cada vez se generaliza mais a pratica da “alta precoce”, quer dizer os doentes são mandados para casa o mais cedo possível, às vezes ainda clinicamente curados, *porque se verificou prestar-se o meio familiar melhor que o manicomial para o seu convalescimento.* (p. 281, grifo nosso).

Apesar desta orientação, havia um grande impedimento para retirar o louco do manicômio: a certeza de que a loucura era transmitida pela hereditariedade.

Não ocultam, álias, os psiquiatras alemães o mal daí decorrente sob o aspecto eugênico, em vista de se tratar de uma psicose cuja transmissibilidade hereditária se acha perfeitamente estabelecida, mas em seu modo de atuar predomina o ponto de vista clínico (e, em segundo plano, também o econômico). Diante dessas tendências do psiquiatra clínico, será ainda possível encontrar argumentos em defesa do critério que propomos: o da alta tardia por motivo eugênico? (LOPES, 1933, p. 281).

Pensando assim, os higienistas adeptos da eugenética entendiam que enquanto no Brasil não se aprovasse a legislação que permitisse a esterilização dos loucos para evitar a reprodução de novos casos de loucura, o mais prudente seria mante-los no manicômio ou adotar a “alta tardia”.

Atualmente não temos a certeza da transmissão hereditária da loucura, álias, em geral, a “era das certezas” pertence ao passado. No campo de conhecimento da saúde mental, destaca-se o desenvolvimento dos psicofármacos que evitam e controlam os agravos e os sintomas da loucura. Todavia, não promete cura. Desta forma o enigma da loucura continua desafiando a ciência. Porém, o resultado da clausura da loucura já é possível detectar, ou seja, são milhares de pessoas cronificadas que ainda habitam nos manicômios existentes em solo brasileiro.

A esta altura uma questão vai se delineando: porque há quase um século nos inquietamos com a assistência a pessoa com transtorno mental pautada no modelo hospitalocêntrico e este ainda se mantém vigoroso? Esta é outra história...

Enfim, com este rápido retorno à história tentamos assinalar que as inquietações tão presentes entre nós, profissionais da saúde, e em especial os psicólogos, tem raízes em um passado tão longínquo que sequer imaginamos e que se faz necessário conhecê-lo até para avaliar os rumos que este movimento vem tomando, desde então.

Referencias

- BITTENCOURT, J. (1933). Patronato dos egressos dos manicômios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* VI (3).
- BOARINI, M. L. (org.) (2003). Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem.
- COSTA, J. F. (1989). *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- LOPES, E. (1933). A alta tardia dos heredo-psychopatas por motivo de ordem eugênica: subsidio para a nossa lei de assistência a psychopatas. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* VI (3).
- MACHADO, R., LOUREIRO, A., LUZ, R.; MURICY, K. (1978). *Danação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- PASSOS, J. (1913). Da escravização da mulher pelo industrialismo e do consequente malefício para a espécie. *Dissertação de mestrado. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*.
- PORTO-CARRERO, J. (1933). Cuidado aos egressos dos manicômios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* VI (3).
- REZENDE, G. (1929). Patronato dos egressos dos manicômios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* II (3).
- REZENDE, G. (1933). Sessão solene em homenagem aos patronos da Clinica de Euphrenia e do Patronato dos egressos dos manicômios. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* VI (2).
- SILVEIRA SANTOS, A. C. da. (1931). Da clinica psiquiátrica e do ambulatório de hygiene mental. *tese de doutorado. Faculdade de Medicina de S. Paulo*.

Marina Massimi

HISTÓRIA DOS SABERES PSICOLÓGICOS NA CULTURA BRASILEIRA: TECENDO OS FIOS NO TEAR DO TEMPO

Programa de Pós-graduação em Psicologia – USP Ribeirão Preto

“Se quisermos ter um quadro mais completo da psicologia humana, devemos ter uma história global” (Pickren & Rutherford, em Araujo, (Org.), 2012, p. 57). E isto acarreta uma “ampliação de nosso foco histórico” (idem). Os autores colocam uma pergunta: “em que sentido é a psicologia brasileira mestiça?” (idem). Meu inteiro percurso de pesquisa foi e é dedicado para iniciar a responder a esta questão. Após uma breve apresentação das frentes de investigação “história dos saberes psicológicos no domínio da história cultural”, a minha colocação abordará duas questões que consideramos especialmente importantes do ponto de vista metodológico: a noção de temporalidades; e a de complexidade, como características do tecido da cultura brasileira. Ambas exigem do pesquisador uma atenção específica. A História dos Saberes Psicológicos na cultura brasileira tem por objeto o estudo de aspectos da *visão do mundo* de uma cultura, relacionados a conceitos e práticas *psicológicos*, sendo a definição de *psicológico* convencional e provisória, a ser substituída no decorrer da pesquisa pela terminologia e demarcação de campos pertinentes aos específicos universos sócio-culturais estudados. Tais conhecimentos podem ser obtidos por percursos investigativos que busquem evidenciar pela via histórica por meio das fontes, os principais objetos, métodos e atores do processo de construção de conhecimentos e práticas psicológicas no Brasil ao longo do tempo. No referido universo deve-se considerar a presença de diferentes sujeitos culturais protagonistas da elaboração desses saberes em diversos períodos históricos. Tais sujeitos refletem a composição da sociedade brasileira: marcada pela complexa estratificação cultural, por diversas temporalidades e, portanto, por diversas modalidades de elaboração da experiência psicológica.

I. As diversas temporalidades presentes na cultura brasileira

A atenção da história cultural para a questão das diversas temporalidades foi despertada pela noção de Regimes de historicidade, introduzida por François Hartog. Trata-se da noção de uma temporalidade não linear e não homogênea que “pode dar conta da pluralidade de maneiras como as comunidades humanas vivem sua relação com o tempo” (Dosse, 2004, p. 109). A noção de “regimes de historicidade” é apreendida fenomenologicamente por Hartog (2003) através da análise das culturas; esta análise sendo o patamar para a sucessiva elaboração do conceito (2003, p. 118): “Um regime de historicidade não é uma entidade metafísica, mas é a expressão de uma dada ordem do tempo que domina numa dada cultura, (...) tecida por vários regimes de temporalidade, é um modo de traduzir e ordenar dadas experiências do tempo – ou seja, modalidades de articulação entre passado, presente e futuro - e dar a elas sentido”. Segundo Hartog, para “apreender e expressar estas experiências, a descrição fenomenológica de Agostinho acerca do tempo, permanece ainda hoje um essencial ponto de referência” (idem, p. 118), sobretudo a concepção agostiniana da temporalidade como distensão do espírito. Cada regime de historicidade se instaura vagarosamente e tem longa duração. O regime de historicidade do mundo antigo, por exemplo, tem uma longa duração que se estende dos gregos até o século XVII, ou XVIII da Idade Moderna. Em alguns casos, as passagens de um regime de historicidade para outro, se processam através de acontecimentos trágicos, tal como foi, por exemplo, a revolução francesa. Segundo Hartog, a narrativa histórica se constrói na medida em que se busca uma continuidade consciente no tempo. O regime de historicidade se cria na medida em que o tempo não é mais simples fluxo e sim, a experiência humana do tempo. Nela, o ser humano experimenta uma não coincidência de si mesmo consigo mesmo (uma distância entre quem ele era no passado e quem é no presente) e pela narrativa confere para si mesmo uma identidade histórica, com ordem cronológica. A noção de regimes de historicidade é inseparável da experiência do tempo histórico próprio da cultura ocidental que se criara na tensão entre o campo da experiência e o horizonte da espera. Neste sentido, nas diversas sociedades, as culturas elaboradas pelos sujeitos que as compõem possuem diversos regimes de historicidade vivenciados e transmitidos por estes sujeitos, por terem eles experiências próprias de temporalidade e identidade históricas e narrativas peculiares a estes regimes. As temporalidades não podendo ser homologadas, o historiador deve lidar com elas atento as diferenças que implicam diferentes modalidades de narrativas, transmissão, expressão, identidade

histórica, duração etc.... Na sociedade moderna (e especialmente a sociedade brasileira), o presente é fruto de um processo histórico que reuni em si diversos regimes de historicidade. Assim, a estratificação cultural complexa da sociedade brasileira pode ser auxiliada por uma historiografia preocupada de “conceber a imbricação de pluralidades plurais em um mesmo espaço complexo” (Dosse, 2004, p. 109). A pluralidade de sujeitos culturais e sociais que compõem o tecido social brasileiro é portadora de diversas modalidades de elaboração da experiência psicológica submetidas a diversos regimes de historicidades, ou seja, diversas experiências de temporalidade. Por isto a necessidade metodológica de a apreensão dos sentidos da temporalidade, na medida em que empreendemos um estudo histórico, nos remete à uma segunda questão que gostaríamos de discutir a seguir.

II. A complexidade da cultura brasileira

A cultura é definida por Arendt (1954/2033), como o lar construído pelos homens sobre a terra durante sua estada aí, aonde a totalidade das coisas fabricadas é organizada de modo a poder resistir ao processo vital consumidor das pessoas que o habitam, sobrevivendo assim a elas. Cada cultura é caracterizada pela presença de diversas tradições de pesquisa (McIntyre), ou seja, conjuntos de padrões de raciocínio e crenças fundamentais construídas por rationalidades fundadas no pertencer a comunidades particulares, onde o domínio da teoria e do conceptual é indistinto do campo de interesses, necessidades e formas organização social. Desse modo, toda cultura é composta por muitas camadas; podendo também ser pensada como um tecido constituído por variedades de fios e de urdiduras do tear. Cabe ao historiador da cultura (em nosso caso dos saberes psicológicos), apreender dentro da trama que constitui dada cultura, os conceitos e as práticas de elaboração e cuidado com a vida psíquica, elaborados neste meio.

Vários autores têm assinalado o que Pickren define caráter mestiço da cultura brasileira como sendo também a marca de sua originalidade. Suassuna fala em “dois Brasis”: “um, o Brasil do povo: o Brasil dos Cantadores, dos Vaqueiros, dos Camponeses e dos Pescadores, dos Contadores de histórias”, o qual transmite e elabora sua cultura predominantemente pela oralidade; e o Brasil da “burguesia urbana e cosmopolita, o Brasil moderno, da academia, da elite intelectual que transmite sua cultura pela escrita e pela disponibilidade de acesso e gerenciamento dos meios de transmissão cultural” (2003, p.23). Esta dualidade compõe uma “harmonia entendida à moda barroca, composição de contrários”. Seria esta, a “grande lição” do Brasil, desde o Barroco colonial e mestiço, até os dias de hoje: a receptividade às dissonâncias, “a união harmônica de termos antinômicos”. Seria esta também a raiz de unidade profunda entre obras intelectuais e artísticas, aparentemente tão diversas: a capacidade de “dar ouvido a todas as vozes” (idem). Câmara Cascudo afirma que a cultura popular é parte integrante de toda cultura humana, recebida e transmitida “pelo exercício de atos práticos e audição de regras de conduta, religiosa, e social”: “camada terciária anteposta aos conhecimentos escolares, transmitidos como ciência indispensável e geral pelo livro e a voz do ensino magistral”. Estes dois “extratos da cultura institucionalizada e da cultura popular acompanham a vida normal do homem e são identificáveis”, mas entre os dois “há uma intercomunicação viva”, um nexo profundo, que perpassa a constituição da mentalidade do brasileiro: “disputando o domínio soberano da decisão psicológica” (2004, p. 710). No Brasil, a questão se torna ainda mais complexa pelo fato de que houve mescla entre tradições populares de diferentes etnias. Cascudo retoma Romero: “no primeiro século da colonização, portugueses, índios e negros acharam-se em frente um dos outros, e diante de uma natureza esplendida, em luta, tendo por armas o obuz, a flecha e a enxada, e por lenitivos as saudades da terra natal. (...). Todos deviam cantar, porque todos tinham saudade (...). Cada um devia cantar as canções de seu País. De todas elas amalgamadas e fundidas em um só molde – a língua portuguesa, a língua do vencedor, é que se formaram nos séculos seguintes os nossos cantos populares” (1999, p. 280). Ou, noutro texto ao discutir o processo de assimilação e apropriação das poesias e romances populares, o autor afirma que: “o sertão recebeu e adaptou ao seu espírito as velhas histórias (...). Floresceram, noutra indumentária, as tradições seculares (...) episódios vindos de fabulários árabes, francos, sarracenos, germanos, ibéricos, (...) ficaram na alma do povo como uma base cultural inamovível e profunda” (2005, p 26).

Em síntese: o processo constitutivo da psicologia no Brasil ao longo do tempo é um processo complexo, articulado segundo diversos regimes de historicidade que se cruzam e interpenetram um ao outro, sem serem exclusivos; mas também sendo irredutíveis ao molde unívoco da cultura científica

contemporânea. Em nossa exposição, mostraremos alguns exemplos de como conceitos psicológicos (exemplo: imaginação e memória) podem ser apreendidos em sua constituição na cultura brasileira, como sendo compostos por diversas camadas sedimentadas segundo diferentes regimes de historicidade.

Referências

- Arendt H. (1954/2003). *Entre o passado e o futuro*, (1954/2003). São Paulo: Perspectiva.
- Cascudo, L. C. (2003/1999). *Antologia do Folclore brasileiro*. Vol. I. São Paulo: Global.
- Cascudo, L. C. (2002/1999). *Superstição no Brasil*. São Paulo: Global
- Cascudo, L. C. (2001/2004). *Civilização e cultura*. São Paulo: Global
- Cascudo, L. C. (2005). *Vaqueiros e cantadores*. São Paulo: Global.
- Dosse, F. (2004). *História e Ciências Sociais*. Baurú Edusc. 2004.
- Hartog, F. (2003). *Regimes d'historicité. Presentisme et expérence do temps*. Paris: Seuil.
- McIntyre, A. (2001). *Depois da virtude. Um estudo em teoria moral*. BAURÚ: Edusc.
- Pickren & Rutherford, (2012) em Araujo, (Org.), Rumo a uma história global da psicologia. Em: Araujo, S. F. (Org.). *História e filosofia da psicologia*. (PP. 57-66). Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Suassuna, A. (1964/2003). *Farsa da Boa Preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Piotr Trzesniak

RIGOR DE CONCEITOS, ESTRUTURAÇÃO DE TEORIAS: DESAFIOS E NECESSIDADES PARA A PSICOLOGIA

Departamento de Física e Química, Escola Federal de Engenharia de Itajubá.

1. Introdução

A proposta que se segue não é, efetivamente, para o *Grupo de Trabalho de História da Psicologia*. Mas é, sim, para cada uma e cada um de seus integrantes, e guarda a expectativa de encontrar ressonância em algumas e alguns deles.

Como assim? Se não é história, o que faz aqui?

Bem, não é *diretamente* história, embora, como veremos, certamente se liga a ela. Porém mais importante é que *não há outro fórum, senão este*, que reúna pessoas com postura e personalidade científica para enfrentar os desafios contidos no título: *formular conceitos com rigor e construir teorias estruturadas e sólidas*. Para fazer isso, são indispensáveis profundidade, paciência, reflexão, análise e muito investimento de tempo - essencialmente, os mesmos requisitos necessários para se recuperar a história.

2. O problema

Infelizmente, o que se vê atualmente nas revistas e eventos científicos nacionais e internacionais é uma superutilização da *metodologia*, mais especificamente, da estatística. Trata-se de uma moléstia grave que, em maior ou menor grau, afeta todas as áreas emergentes do conhecimento - entre outras, administração, enfermagem, contabilidade e - também - psicologia.

A superutilização da metodologia decorre primordialmente de duas causas. A primeira é a disponibilidade de poderosos programas para análise estatística computadorizada, amigáveis a ponto de possibilitar seu emprego por quem apenas domine o uso do *mouse* ou aprenda a acionar teclas em uma determinada seqüência. Não é, então, muito difícil revestir de credibilidade uma informação *inconsequente, absurda*, ou até mesmo *falsa* através de uma pseudo-retaguarda matemática. A segunda está no fato de que entidades de fomento à pesquisa e de avaliação de projetos e da produtividade de pesquisadores e programas de pós graduação passaram a levar predominantemente em conta a *quantidade* de artigos publicados em periódicos, e a produção de artigos que são apenas metodologicamente corretos é feita com relativa rapidez.

A *segunda causa* tem ainda outra consequência muito danosa para o avanço do conhecimento: *desencoraja, até pune, as pesquisas de longo prazo*⁷. É cada vez mais freqüente que orientadores, e mesmo pesquisadores sêniores, abandonem uma linha de investigação se não divisarem a perspectiva concreta da geração de publicações em no máximo um ano, um ano e meio. Isto, evidentemente, aumenta a quantidade de *fast-articles* (ou “*hambúrgueres do conhecimento*”...) e praticamente extingue a possibilidade dos mais profundos e ponderados (entre os quais os que estruturam e consolidam os resultados empíricos na forma de *teoria*). Já os efeitos da primeira causa merecem neste texto a atenção de uma seção específica.

3. Três “logias”

O efeito deletério programas estatísticos sobre a construção do conhecimento é que eles são amigáveis, fáceis de usar, e muito raramente permitem identificar algum tipo de relação ou influência de variáveis entre si. *Mas apenas relacionar variáveis não é ciência: é uma parte* da metodologia que, por seu turno, é somente uma das “logias” indispensáveis para o efetivo avanço do conhecimento. A *metodologia*, que ensina a *fazer corretamente as pesquisas*, deve ser subordinada à *epistemologia*, que ensina a *fazer as pesquisas corretas*. É observando o desenvolvimento da área e

⁷ Mais acentuadamente nos últimos dois anos, tem crescido e ganhado corpo a percepção de que a ciência apressada (*fast science*) é necessária, mas não pode ser tudo. Veja-se o *The slow Science manifesto*, em <http://slow-science.org>.

identificando o seu *momento epistemológico*⁸ que os pesquisadores devem decidir qual o próximo passo de investigação, qual o mais relevante e promissor problema a ser atacado, de modo a maximizar a obtenção de resultados significativos relativamente ao esforço despendido.

Em geral, estes trabalhos pretensamente científicos (que meramente relacionam variáveis) escolhem um construto em evidência (“da moda”), *não o definem ou o delimitam com um mínimo de clareza conceitual*, mas elaboram para ele um *questionário apressado* que, supostamente, o mediria ou avaliaria. São características de questionários desse tipo:

- ser criado rapidamente, sem muita reflexão, ponderação e/ou sistematização relativamente ao que se pretende observar – daí o nome *apressado*;
- apresentar em torno de vinte itens, um número de variáveis que tem boa possibilidade de gerar algum “resultado”, mas que não exige demasiado esforço para ser digitado na base de dados.

Aí, basta apertar as teclas certas ou manipular adequadamente o *mouse* para que o programa de computador gere a “pesquisa” – várias tabelas com símbolos e números que a pessoa não sabe exatamente como e de onde surgem, mas que o manual diz que, *quando se tem uma hipótese*, eventualmente podem significar algo. Como não havia hipótese, essa lógica é invertida – já que apareceu *algo significativo, basta criar uma hipótese* e, na redação, inseri-la na formulação do problema. *Parece científico* - mas a validade é totalmente questionável, para não dizer inexistente.

O desserviço que esse tipo de artigo (que denominaremos *metodologicamente correto*) presta à Ciência é enorme, e isso ocorre por ao menos duas razões.

- O construto em estudo não está explicitamente estabelecido no manuscrito e, freqüentemente, não está claro nem mesmo na mente de quem realizou a (assim denominada) pesquisa, *o que a torna a totalmente inútil*. A Psicologia, assim como várias outras áreas em consolidação como Ciência, ainda carece da terceira “logia”, a *terminologia*, isto é, apresenta um número bastante grande de conceitos que não possuem uma definição única, rigorosa e compartilhada por toda a comunidade. Pelo contrário, pedindo-se verbalizações de algum deles a diversos pesquisadores, surgirão várias, muitas diferentes entre si. Então, se o artigo não diz claramente o que deve ser entendido pela denominação que usa, o resultado não pode ser comparado a nenhum outro que a empregue – pois apenas a denominação é a mesma, nada se pode afirmar sobre a idéia que há por trás. Não se podendo comparar as conclusões, *não há qualquer contribuição para a construção do conhecimento*.
- O trabalho é *preparado para usar um programa de computador*, o que se torna, então, um *objetivo*; porém programas de computador são parte de uma *metodologia*, são ferramentas, que somente devem ser selecionadas *depois* que, respeitando as duas primeiras *logias*, o objetivo científico, o problema a ser resolvido, for definido com clareza e rigor. É completamente sem cabimento fazer de uma parte da metodologia a motivação principal de uma pesquisa.

Porém a existência de uma base de dados empíricos, as tabelas e os resultados extraídos do computador fazem o artigo *parecer científico*, o que leva revisores a recomendá-lo e editores a publicá-lo. Encontramos, assim, atualmente, nas revistas e nos congressos, os monstros ou aberrações: artigos sem corpo, pois não usam *terminologia* adequada, e sem cérebro, porque não tem uma inserção na *epistemologia*, não agregam valor ao acervo de conhecimentos da humanidade. Mas têm braços e pernas enormes e completamente desproporcionais, por se estruturarem apenas na *metodologia*, no modo de fazer as coisas.

4. Então o quê? Quais os desafios e as necessidades?

No contexto recém descrito, torna-se muito importante que pessoas e grupos promovam a presença das duas *logias* faltantes em projetos, pesquisas e artigos:

⁸ A identificação do momento epistemológico vem de comparar a área do conhecimento em que se trabalha com outras, que já se encontram em um estágio mais avançado de abstração e estruturação lógica (ver Osada, 1972, e Trzesniak, 2009).

⁹ A rigor, esse tipo artigo deveria ser denominado *estatisticamente correto*, pois a estatística pode ser a única parte mais ou menos adequadamente desenvolvida da metodologia (que incluiria mais, por exemplo, a preparação e a aplicação do instrumento). Mas optamos pela denominação ampla, *metodologicamente correto*, para enfatizar o aspecto das *três “logias”*.

1. que avaliem o momento epistemológico de uma determinada sub-área do conhecimento e apontem o tipo de pesquisa (quali- ou quantitativa, de definição de variáveis, de sua medição ou de suas interrelações) que maximize o avanço efetivo e solidamente fundamentado do conhecimento relativamente ao esforço despendido. Uma referência inicial para isso é a epistemologia de Taketani-Osada (Osada, 1972; Trzesniak, 2009).
2. que se preocupem com conceituação e terminologia, buscando rigor e precisão nas palavras que descrevem idéias, de modo a obter uma correspondência bi-unívoca entre umas e outras. Para isso, o ponto de partida é a técnica do estabelecimento das dimensões críticas dos conceitos descrita em Dib (1972) e em Trzesniak, Batista Júnior & Muniz Júnior (2009). Esta última referência traz uma aplicação da técnica ao conceito de *gestão do conhecimento*, enquanto Trzesniak, Liborio & Koller (2011) apresentam uma utilização no campo da psicologia, referente ao conceito de *resiliência*.

Quem aceita os desafios?

Referências

- Dib, C. Z. (1974): *Tecnologia da educação e sua aplicação ao ensino da Física*. São Paulo/SP: Pioneira.
- Osada, J. (1972). *Evolução da idéias da física*. São Paulo: Edgard Blücher.
- Trzesniak, P. (2009). A epistemologia de Taketani-Osada, in: Oliveira, V. F., Cavenagui, V., & Másculo, F. S. (org): *Tópicos emergentes e desafios metodológicos em engenharia de produção: casos, experiências e proposições* (p.p. 199-204). Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Engenharia de Produção.
- Trzesniak, P.; Batista Júnior, E. D.; Muniz Júnior, J. (2009): Um enunciado definitivo para o conceito de gestão do conhecimento: necessidade para o avanço da ciência e para a aplicação eficaz, in: Oliveira, V. F.; Cavenagui, V.; Másculo, F. S. (org): *Tópicos emergentes e desafios metodológicos em engenharia de produção: casos, experiências e proposições* (p. 137-145). Rio de Janeiro/RJ: Editora da Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ISBN 978-85-88478-38-1).
- Trzesniak, P.; Liborio, R. M. C.; Koller, S. H. (2011): Resilience and children's work in Brazil: Lessons from Physics for Psychology, in: M. Ungar (ed.): *The social ecology of resilience: A handbook of theory and practice*. New York/Philadelphia/Secaucus: Springer Science+Business.

Raquel Martins de Assis

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA.

Programa de Pós-graduação em Educação – UFMG

Em 1975, em um texto clássico sobre a formação dos psicólogos, Sylvia Leser de Mello discutia algumas lacunas da graduação em psicologia destacando, entre elas, o fracionamento do conhecimento recebido durante o curso e a sua utilidade diante da realidade social do país. Desse modo, como afirmava Leser, um dos grandes incômodos dos estudantes de psicologia era a distância entre a teoria aprendida na Universidade e o mundo que se descortinava aos seus olhos. Faltava, sobretudo, o conhecimento do trabalho de psicólogos brasileiros que, desde muito tempo, já haviam trilhado o percurso necessário ao estudante, ou seja, o de apropriar-se das teorias de forma criativa e crítica a fim de que elas fossem realmente capazes de dialogar com a realidade brasileira. Nesse contexto, a história da psicologia no Brasil ganhou um papel relevante quando professores/pesquisadores das Universidades começaram a ofertar disciplinas e oportunidades de investigação nesse campo. Como exemplo de uma dessas iniciativas, em 1990, foi oferecida uma matéria optativa de história da psicologia no Brasil, na USP – Ribeirão Preto, pela Profa. Marina Massimi. Essa disciplina descortinou uma série de possibilidades aos seus alunos, entre elas, o contato com a pesquisa em história da psicologia fundamentada em fontes nacionais e o encontro com o grupo de professores e pesquisadores membros do GT de História da Psicologia da Anpepp. Ligados aos primeiros Núcleos de História da Psicologia formados junto aos Cursos de Pós-Graduação, esses pesquisadores estavam às voltas com os debates sobre a identidade da psicologia brasileira e afirmavam a importância do ensino da história da psicologia nos cursos de graduação para a formação do psicólogo. Trabalhavam para o resgate da produção brasileira em psicologia, não como uma produção periférica ou apenas que sistematizava de forma pouco crítica as teorias estrangeiras, mas como uma psicologia portadora de originalidade ao produzir teorias e práticas forjadas no embate com a cultura brasileira. Além disso, o grupo se voltava também para a defesa da inclusão da disciplina história da psicologia nos currículos dos cursos de graduação, não como a genérica psicologia geral, mas como campo de saber caracterizado por conteúdos específicos e ministrado por especialistas nessa disciplina, já que ela contém objetos e métodos próprios. Assim os jovens pesquisadores, ao iniciar suas investigações nesse clima de debates, foram marcados pela atenção aos métodos historiográficos em psicologia e pela valorização da história como um campo de estudos capaz de dar sentido à fragmentação teórica experimentada pelos estudantes e apontada por Sylvia Leser. Nesse esforço pela construção de métodos e de formas de fazer pesquisa em história da psicologia no Brasil, houve a inestimável contribuição de Josef Brozek com sua erudição, com sua seriedade investigativa e com sua imensa capacidade de propor diálogos e relações de cooperação. É preciso ressaltar que um aprendizado importante para a vida acadêmica oferecido por esse grupo, aos jovens que nele ingressavam, foi a valorização da capacidade de construção de relacionamentos operativos e de cooperação capazes de sustentar um campo de estudo que se ampliava. Como resultado dessa trajetória e da articulação constante com esse grupo, alguns aspectos se solidificaram até os dias de hoje em minhas investigações e em minha atuação como professora. Assim, tenho produzido pesquisas cujos objetos são as relações entre psicologia, cultura brasileira e recepção de teorias estrangeiras. O mestrado teve como tema a interação entre razão e paixões em obras da cultura luso-brasileira dos séculos XVI e XVII, inserindo-se na linha de pesquisa criada por Massimi. Em 2004, já em Minas Gerais, sob a orientação da Profa. Regina Helena Campos, minha tese de doutorado voltou-se para o campo da educação e tratou das relações entre conceitos de natureza humana e o discurso educativo presentes em um jornal religioso mineiro do século XIX. A partir daí, tenho trabalhado com as relações entre a produção de saberes psicológicos e sua circulação por meio da cultura impressa, sobretudo a imprensa periódica não científica. A cultura impressa periódica é muito importante no século XIX e início do século XX no Brasil, já que apenas nesse período as tipografias, bem como a edição e a publicação de jornais e livros foram liberadas pela Coroa Portuguesa. Os homens da época conferiam à imprensa periódica um significativo caráter educativo e civilizador e à leitura a capacidade de incidir sobre o espírito humano a fim de modificá-lo, assuntos instigantes para quem se dedica à psicologia da educação. Desse modo, acredito que os gêneros jornais e periódicos, assim como compêndios, se

constituem em interessantes objetos de pesquisa e também em fontes privilegiadas para os estudos historiográficos por trazerem inscritas apropriações da maneira como Roger Chartier e Michel De Certeau as entendem. Ou seja, uma dinâmica pela qual os grupos não apenas assimilam, mas se apropriam de um motivo intelectual ou de uma forma cultural, transformando-os a partir de finalidades diversas e contextos específicos. O conceito de apropriação, bem como o de representação social de Serge Moscovici, tem sido contribuições importantes para minhas investigações. Entendo a representação como aquele nível do senso comum em que idéias, imagens, práticas etc, da ciência são transformadas em imagens, idéias e práticas do senso comum, sem que haja uma diferença de valor entre uma e outra. Assim, os saberes psicológicos presentes nos periódicos não são uma facilitação ou uma vulgarização da psicologia científica ou da psicologia filosófica, mas outra coisa, isto é, um saber próprio que se assemelha e se diferencia do conteúdo original e que alcança grande circulação. Junto a esses conceitos, somam-se os estudos em história da educação, literatura e filosofia. Desse modo, ainda inserida no espírito do grupo de historiadores da psicologia no Brasil, tenho buscado conhecer quem são os autores nacionais (muitas vezes desconhecidos) que produziram teorias sobre o desenvolvimento humano e sobre as denominadas funções psicológicas superiores e suas relações com a educação. Na investigação desse objeto é possível compreender a recepção de teorias estrangeiras e a apropriação delas ao contexto cultural brasileiro na produção de saberes e práticas psicológicas. Enfim, a trajetória de pesquisa aqui descrita foi construída, desde 1991, a partir do diálogo com os pesquisadores do GT de História da Psicologia da Anpepp e marcada pelas questões, temas e problemas enfrentados por seus membros, ou seja, a preocupação com a memória da psicologia brasileira e a atenção aos métodos capazes de reconhecer os elementos da cultura nacional.

Renata Patricia Forain de Valentim

AS ESCOLAS NORMAIS DA CORTE E DO DISTRITO FEDERAL E A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO PSICOLÓGICO NO BRASIL.

Clio-Psyché – UERJ

A emergência do pensamento psicológico já há muito tempo deixou de ser identificada a partir de uma experiência única, original e localizada. Se o seu marco institucional está no século XIX europeu, a constituição real de sua presença no mundo ocidental demonstra-se intrinsecamente relacionada às condições singulares da modernidade nas diferentes culturas, nas diversas construções de planos de interioridade reflexiva e em suas práticas correspondentes. (Vidal, 2011)

No caso brasileiro, de modo consensual, a Educação é reconhecida, ao lado da Medicina e do Trabalho, como uma das forças responsáveis pela instituição e difusão do pensamento psicológico (Antunes, 2001). Nas transformações atravessadas pela sociedade brasileira entre o final do século XIX e princípio do XX, de abandono progressivo de sua feição imperial, rural e escravocrata, em direção a uma organização republicana, urbana e industrializada, as escolas passam a se constituir como um dos grandes instrumentos institucionais para a superação do que era encarado pelos intelectuais brasileiros daquele momento como um “atraso” histórico.

As exigências em relação às questões educacionais e pedagógicas se tornam então mais prementes e a instrução torna-se um veículo do pensamento científico, técnico e industrial que emergia. Para a Psicologia, a afinidade com a Educação foi tanto a porta de entrada para sua profissionalização e estabelecimento como forma diferenciada de saber; quanto a possibilidade de uma inédita difusão da disciplina, que passa a se fazer presente de modo capilar no cotidiano dos professores.

Historicamente falando, porém, as discussões que envolvem o encontro entre a Psicologia e a Educação são mais visíveis somente (ou principalmente) após a deflagração do movimento da “Escola Nova”, já na segunda década do século XX. Entretanto, ainda que não fornecesse de forma tão explícita estas bases científicas, o estudo da Psicologia pode ser identificado antes mesmo do advento do movimento da Escola Nova, constituindo-se como parte das disciplinas de Pedagogia e Legislação Escolar e Educação Moral e Cívica desde o final do século XIX na Escola Normal da Corte.

A relação entre a emergência da Psicologia e a Educação de fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX permanece um como um campo de estudos muito pouco explorado. A ideia de uma educação universal, laica, permanece, como já foi falado, sempre relacionada às reformas encampadas pelo Estado Novo a partir da década de 1930. Entretanto, para uma compreensão mais profunda deste cenário, deve também ser dimensionada a entrada das ideias positivas e liberais, que se instalam definitivamente no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, abrigando “a crença no progresso da humanidade guiada pela ciência e pela indústria” (Bosi, 2004, p. 30) e reforçando ideais humanitários expressos em valores abolicionistas e republicanos.

Sabe-se que nas Escolas Normais este ideal de transformação social pela educação resultou em inúmeras reformas. Na Escola Normal da Corte foram muitas: em 1881, 1888, até sua reformulação total em 1932. Assim, algumas questões se impõem: Como e sobre quais bases estas reformas foram realizadas? Qual o papel que a psicologia foi assumindo nestas reconfigurações e como ele se relaciona com o contexto científico da psicologia e em geral? Como estas transformações estão conectadas com as reformulações sociais que eram atravessadas pela sociedade brasileira pós-imperial? Como se relacionam com o crescente espírito positivista, representado de forma exemplar pela reforma de Benjamin Constant em 1890, que marca a primeira fase republicana brasileira?

Esta escola, fundada no ocaso do Império e já influenciada pelas ideias positivistas e liberais, novas disposições e regulamentos começam a ser solicitadas pela congregação dos professores e mestres (que contava com médicos, bacharéis, políticos, membros da Igreja, políticos, engenheiros) já em seu primeiro ano de funcionamento. Estas reformas solicitadas virão apenas em 1888¹⁰, em um decreto que, paradoxalmente, termina por dissolver a congregação de professores, que passam a ser subordinados à Diretoria da Inspeção Pública. Este mesmo decreto fixa em três anos a duração do

¹⁰ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1374/000207.html>.

curso; estabelece uma direção mais institucionalizada. Dentre estas alterações pode ser destacada de forma particular aquela que inclui a instrução moral e cívica, cujo conteúdo estava distribuído pelos três anos de curso. O primeiro ano abrigando noções elementares de Psicologia; o segundo, moral teórica e o terceiro, moral prática. Em Pedagogia e Legislação Escolar o conteúdo também estava distribuído nos três anos, estudando-se no primeiro ano os princípios gerais da educação, tais como: educação física, dos sentidos, intelectual, a função da memória e educação moral.

Notável também neste decreto é a descoberta de uma proposta de criação na Escola Normal de um Museu Pedagógico. Sabe-se ainda que esta ideia de criação de um museu pedagógico remonta a 1882, e que foi proposta na reforma do ensino realizada por Rodolfo Dantas. A importância da descoberta de um museu Pedagógico na Escola Normal da Corte está na possibilidade de recuperar um projeto anterior àquele que é considerado o primeiro destes museus no Brasil, o Pedagogium, fundado em 1890, no bojo da reforma positivista de Benjamin Constant. E, certamente, uma das grandes questões da pesquisa está em investigar até que ponte este projeto foi realizado, e, caso tenha sido implantado, com que duração.

Como já foi dito, a principal questão desta pesquisa será precisamente investigar o papel da Psicologia, seus usos, práticas e disseminação neste processo de profissionalização da formação de professores, que vai do mestre-escola à Escola Nova. De modo mais específico, como as condições desta transformação foram se tecendo e qual o papel que as idéias psicológicas foram progressivamente assumindo até seu uso corriqueiro pelas escolas de formação de professores, como substrato científico reconhecido de sua atuação.

Neste sentido, conhecer as relações estabelecidas neste período entre uma recém-nata ciência psicológica e as transformações atravessadas por uma das principais instituições formadoras do período significa, por um lado, resgatar as primeiras inserções do campo psicológico na Educação e as primeiras formas de uma longa cadeia de pertencimento mútuo. Por outro lado, no âmbito da historiografia, significa resgatar também as primeiras exigências de uma delimitação mais precisa do campo psi, que passa a fazer parte de um corpo de conhecimentos aplicáveis, que funcionam de modo externo ao funcionamento das práticas educativas cotidianas como garantia de sua científicidade e profissionalismo.

Referências:

- Antunes, M. A. M. (2001) *A Psicologia no Brasil* S.P: Educ.
- Bosi, A. (2004) O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração In L. Perrone-Moisés (org) *Do Positivismo à Desconstrução. Ideias Francesas na América*. S. P.: Edusp, pp. 17-48.
- Castanha, A. P. (2008) Reforma da Escola Normal da Corte de 1888. *Revista HISTEDBR* (Unicamp), n.32, p.286-327.
- Pinto, K. (2011). Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. In A. M. Jacó-Vilela (org) *Dicionário Histórico de Psicologia no Brasil*. R.J.: Imago.
- Tanure, L. M. (2000) História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago, nº 14, pp 61-89.
- Vidal, F. (2005) “A mais útil de todas as ciências”. Configurações da psicologia desde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo. In A. M. Jacó-Vilela; A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal *História da Psicologia Rumos e Percursos*. R.J.: Nau, pp. 47-76.

Robson Nascimento da Cruz (Doutorando), Cornélis Johannes van Stralen (Orientador) e Saulo de Freitas Araujo (Co-orientador)

EM BUSCA DE UMA HISTÓRIA BIOGRÁFICA DA PSICOLOGIA: B.F. SKINNER E A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Programa de Pós-graduação em Psicologia – UFMG

Programa de Pós-graduação em Psicologia - UFJF

A biografia, no século XIX e durante quase todo o século XX, foi concebida como um gênero literário de segunda categoria. Biografia e História, mais do que não se comunicarem, apresentavam antagonismos profundos. A biografia compreendida como um saber subjetivista e desprovido de erudição; enquanto a História apreciada como uma ciência, objetiva e culta. Todavia, a partir dos anos oitenta do século passado, uma significativa mudança ocorre nesse cenário. Desde então, é crescente o interesse pela biografia como um campo de estudo e fonte de pesquisa respeitável. Como, por que, por quem e para quem ela é escrita, as prováveis classificações de uma biografia, seu caráter mimético, seu impacto na consciência histórica, seu papel na cultura pós-moderna, entre outros fatores, tornaram-na objeto de estudo de diferentes campos do conhecimento. Na historiografia da ciência e, por sua vez, na historiografia da psicologia os efeitos dessas mudanças foram evidentes. Historiadores da Psicologia têm, assim, cada vez mais, exposto a utilidade deste tipo de fonte, uma vez que biografias e autobiografias de personagens históricas dessa ciência fornecem acesso a elementos da vida científica inexistentes em outras fontes. Considerando essas novas possibilidades de uso de fontes biográficas na historiografia da Psicologia, que o presente estudo visou analisar a relação entre a vida acadêmica e institucional de B.F. Skinner e a organização comunitária da Análise do Comportamento entre 1928 e 1970. Objetivo possibilitado pelo recurso à autobiografia de Skinner, trabalho apresentado em mais de mil páginas de um minucioso relato de história de vida, e relatos autobiográficos e biográficos da primeira e segunda geração de analistas do comportamento. A tese central é a de que a história da Análise do Comportamento foi marcada em suas quatro primeiras décadas por uma extensão de elementos idiossincráticos da vida acadêmica e institucional de Skinner para o grupo de praticantes de sua ciência. Após apresentarmos o panorama no qual buscamos expor como a história de vida de Skinner seria refletida na vida comunitária de sua abordagem psicológica, discutimos a função de uma história biográfica da Psicologia como meio de lidar com elementos tradicionalmente descartados na historiografia da ciência. Por fim, debatemos igualmente a relevância da produção sistematizada de fontes biográficas e autobiográficas no cenário nacional.

Palavras-chaves: História da Psicologia; Biografia Científica; B.F. Skinner.

Rodrigo Lopes Miranda (Doutorando) e Sérgio Dias Cirino (Orientador)

O LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL: NARRATIVAS LEGAIS E CIENTÍFICAS NA ESCOLA NOVA MINEIRA (BELO HORIZONTE, 1929-1946)

Programa de Pós-graduação em Educação – UFMG

Este trabalho apresenta reflexões iniciais da pesquisa de doutorado em andamento cujo objetivo é: descrever e analisar papéis desempenhados pelo laboratório de psicologia experimental para a afirmação da psicologia como ciência no segundo quartil do século XX em Minas Gerais. O principal objeto analisado é o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. O recorte temporal compreende o período de funcionamento do referido Laboratório: 1929 a 1946. Esta investigação insere-se na interface entre os campos da História da Psicologia e da História da Educação. São utilizados aportes advindos desses dois campos e, também, de outros provenientes da História Cultural e dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Os principais conceitos eleitos são: (a) *moderno* conforme proposto por Le Goff (1984/1997) e Latour (1996); e (b) a diáde *lugar/espaço* elaborada por Certeau (1990/1996). As fontes de pesquisa são: (a) artigos e relatórios do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento; (b) fotos deste Laboratório; (c) cartas e cartões postais de seus membros; e (d) documentação política mineira. A partir do contato com essas fontes, tem-se notado aspectos que indicam contribuições produzidas pelo laboratório de psicologia experimental. Contribuições que incidiram sobre o processo de afirmação da psicologia como ciência no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Esses aportes têm sido observados no diálogo entre a psicologia e a educação gerido no contexto da Escola Nova em Minas Gerais.

Minas Gerais foi um estado de destaque no segundo quartil do século XX. Em Belo Horizonte, podem ser encontrados práticas e discursos “modernos” que estavam em concordância com o espírito republicano das elites políticas e intelectuais. Dentre essas práticas e discursos encontravam-se aqueles ligados à educação. Nesse contexto, é que se situa o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento. Esse local tem disso interpretado à luz dos conceitos de *lugar* e *espaço*. O *lugar* é uma ordem que institui particularidades e configura posições materiais. No *lugar* Laboratório, encontravam-se *modernos* aparelhos e instrumentos de medida importados da Europa. Com eles, o Laboratório poderia cumprir um de seus fins: formar a elite do professorado mineiro com os conhecimentos científicos da psicologia. Assim, no *lugar* Laboratório, havia a conformação de práticas didáticas. O *espaço*, por sua vez, é um lugar estendido. Ele se caracteriza como um efeito simbólico produzido por operações que dão credibilidade e visibilidade ao *lugar*. Com isso, o *lugar* não está mais engessado por sua materialidade, pois é praticado por seu *espaço*. No *espaço* Laboratório, foram produzidas pesquisas sobre as crianças mineiras. Essas operações produziam sentidos para a psicologia, tal como o conceito de “inteligência civilizada”. Dessa maneira, por meio do *espaço* Laboratório, foram feitas reflexões sobre psicologia e educação. Diante disso, surgem vários questionamentos, dentre eles: Como práticas didáticas contribuíram para a afirmação de uma psicologia científica? Quais elementos compunham tais práticas? Quais os elementos que conformavam o *lugar* Laboratório? Quais representações foram criadas a partir do *espaço* Laboratório? Como essas representações circularam na psicologia e na educação do período?

Saulo de Freitas Araujo

**O MANIFESTO DOS FILÓSOFOS ALEMÃES CONTRA A PSICOLOGIA
EXPERIMENTAL: INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS**
Programa de Pós-graduação em Psicologia – UFJF

Que a psicologia contemporânea esteja radicalmente separada da filosofia é um fato bem sabido por todos os psicólogos e filósofos, e até comemorado por muitos. Que a psicologia tenha sido durante muito tempo parte integrante não só dos sistemas filosóficos, mas também dos institutos e faculdades de filosofia, também não é novidade para nenhum filósofo ou psicólogo. No entanto, o que é muito pouco conhecido de ambas as partes é exatamente o contexto em que se deu essa transformação nas relações entre as duas disciplinas. Como e por que ocorreu essa separação? Embora sejam vários os aspectos aí envolvidos, pode-se certamente agrupá-los em duas classes distintas, porém complementares: a dos fatores internos e a dos fatores externos. No primeiro caso, a ênfase está nas disputas acirradas sobre o lugar e a relevância da psicologia para o conhecimento filosófico, especialmente no que diz respeito à lógica e à metafísica. Assim, desde Kant, e também ao longo de todo o século XIX, uma série de filósofos começa a manifestar certa suspeita, quando não um desprezo explícito, em relação ao conhecimento psicológico. Dentro dessa perspectiva, é possível compreender, sem muita dificuldade, o alcance e o sucesso da assim chamada “querela do psicologismo” (*Psychologismusstreit*) – gerada inicialmente por Frege e completada posteriormente por Husserl –, que deve ser considerada o ápice de todo esse movimento intelectual iniciado já no século XVIII. Há, contudo, outra perspectiva de análise, que tem como foco os fatores sociais, econômicos, políticos e institucionais que também influenciam as relações entre filosofia e psicologia. E é precisamente dentro desta última perspectiva que se insere o presente trabalho. O objetivo central é colocar em evidência um dos principais elementos envolvidos nesse debate interdisciplinar, a saber, o manifesto dos filósofos alemães contra os psicólogos experimentais, publicado em 1913 em alguns periódicos e jornais alemães. Para tanto, será apresentada uma tradução do referido manifesto, precedida por uma introdução e intercalada com algumas notas explicativas. Espera-se, desta forma, oferecer um maior esclarecimento de seu contexto histórico-cultural. Além disso, pretende-se ao mesmo tempo preencher uma enorme lacuna na historiografia brasileira da psicologia, proporcionando ao leitor brasileiro o contato direto com um dos documentos históricos mais importantes para a compreensão da situação nas esferas tanto intelectual quanto institucional da psicologia contemporânea. Por fim, conclui-se que o problema da separação tanto intelectual quanto institucional entre filosofia e psicologia possui também uma implicação para a historiografia da psicologia, na medida em que serve como excelente exemplo da interação entre fatores internos e externos. Nesse sentido, ele exige a distinção, mas ao mesmo tempo um equilíbrio, entre história internalista e externalista. E desse equilíbrio dependerão a representatividade e a qualidade da futura historiografia da psicologia.

Palavras-chave: manifesto de 1913, história da psicologia, história da filosofia

Savio Passafaro Peres

A PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA EM HUSSERL E O PROBLEMA DA COMPREENSÃO DO “PSICOLÓGICO” COMO PREMissa DO FAZER HISTÓRICO

Pós-doutorando PUC-SP (FAPESP)

Compreender o que é a psicologia fenomenológica no pensamento de Husserl não é tarefa simples. A dificuldade de uma primeira aproximação se dá por uma longa série de fatores. Explicitar esses fatores e as barreiras que nos separam de um entendimento adequado de sua obra é o primeiro passo para a aproximação. Em linhas gerais, as principais dificuldades para uma correta compreensão do projeto husseriano da psicologia fenomenológica reside no fato de que tal projeto não encontra paralelos nas psicologias e teorias psicológicas atuais, exigindo do historiador da psicologia reflexões não apenas de ordem histórica, mas epistemológicas. São algumas dessas reflexões que procurarei mostrar nas linhas que seguem.

Fundamentados nas *Lições sobre Psicologia Fenomenológica* de 1925, podemos dizer que a psicologia fenomenológica apresenta como objeto, métodos e fins:

1) Objeto: a consciência e os diferentes modos de consciência de diferentes objetos (vivências intencionais).

2) Fins: clarear a estrutura essencial da consciência, dos diferentes modos pelos quais estamos conscientes de determinados objetos e obter clareza conceitual das principais noções da psicologia: representação, percepção, sentimento, imaginação, lembrança, intuição, experiência, atos significativos, intencionalidade, corpo próprio. A psicologia fenomenológica não tem como escopo encontrar nenhuma lei causal. Ela tem, isto sim, como um de seus fins o preparo do terreno conceitual da psicologia, de modo que sejam evitadas confusões conceituais nefastas para seu desenvolvimento. A ideia de Husserl que está por traz desta concepção é que toda pesquisa factual pressupõe uma base conceitual. Ex. o desenvolvimento da física dos fenômenos térmicos foram alcançadas por experimentos, os quais só foram bem sucedidos porque já havia sido feita a distinção conceitual entre calor e temperatura. Sem a distinção entre calor e temperatura, experimento algum poderia ser bem sucedido. O experimento, por si só, é incapaz de fornecer distinções conceituais.

3) Métodos: é filosófico porém científico, é científico, porém não modelado pelos métodos das ciências naturais. Mais particularmente, é descritivo e não é explicativo, ou seja, não se preocupa em explicar causalmente um estado de consciência, dado que isso pressupõe observar a vinculação da consciência com as dimensões biológicas, sociais, fisiológica, etc. A descrição fenomenológica em questão é da consciência em sua pureza, sem recorrer a conceitos físicos, biológicos, etc. Finalmente, o que se descreve não são os modos de consciência em sua singularidade fática, mas em sua estrutura essencial.

Como se pode notar, o projeto husseriano de psicologia não tem paralelo nas psicologias atuais. E, portanto, fica claro o importante papel que o historiador da psicologia tem para o seu esclarecimento.

A elucidação do projeto husseriano de psicologia exige a reconstrução contextual, incluindo aí a tarefa de reconhecer contra quem Husserl se levantou polemicamente e com quem ou com que teorias ele está dialogando. Husserl, como qualquer outro autor, dá como pressuposto um leitor inteirado das teorias correntes de seu tempo. Por essa razão, o trabalho de historiador da psicologia torna-se não apenas importante, mas necessário em um duplo sentido. Necessário para elucidar o pensamento de Husserl e sua relação com um contexto, mas também necessário por razões didáticas, ou seja, para estabelecer uma ponte entre o leitor atual e o leitor pressuposto em suas obras. Há, entretanto, *um terceiro possível momento* no trabalho do historiador da psicologia e que se mostra, no mínimo, problemático. Deve ou não o historiador explicitar o valor e a relevância daquilo que o autor trouxe à luz?

Para discutir essa questão, irei partir do exemplo do pensamento de Santo Agostinho e de sua noção de espírito. Pode ser um trabalho histórico explicitar a concepção de espírito em Santo Agostinho, e juntamente com isso, mostrar sua relação com a doutrina de Plotino, mostrar como sua concepção de espírito foi influenciada pela sua religião (entendida em termos culturais) bem como sua posição de bispo e de autoridade política acabou influenciando as suas concepções psicológicas. Por outro lado,

uma vez feito esse trabalho histórico, fica a pergunta pelo *valor* daquilo que o historiador da psicologia está, por um lado, elucidando e, por outro, reconstruindo.

Não se trata de colocar em discussão o valor da história da psicologia. O estudo histórico, por si só, tem seu valor, assim como a memória, por si só, é valiosa. O problema é que, ao lado do valor histórico da pura elucidação dos nexos históricos, resta ainda a pergunta pelo valor epistemológico da teoria reconstruída.

O problema pode ser clareado se observarmos o seguinte. Embora a história da psicologia não se limite a esta tarefa, é incontestável que um dos seus principais campos de estudo é a explicitação das teorias psicológicas que existiram ao longo do tempo, desde o mundo grego antigo e talvez até antes. Neste sentido restrito, ela pode ser vista sem grandes problemas como um ramo da história das ciências. Assim como existe uma história da matemática, da física, da medicina, também há uma história da psicologia. Neste contexto, o problema do valor epistêmico das teorias elucidadas em história da psicologia pode ser mais bem avaliado traçando um paralelo com a história da física. Uma das teorias para se explicar o calor ficou conhecida na física como “teoria do calórico”. Segundo esta teoria, o calor era uma substância que se transmite de um corpo mais quente para um corpo mais frio quando ambos entram em contato. Essa teoria, embora um tanto engenhosa e capaz de explicar determinados fenômenos, durou pouco tempo, pois outros experimentos a falsearam. Em outras palavras, o valor epistêmico dela se limita à sua época e foi principalmente o de ter chamado atenção para determinados fenômenos e de carregar, “dentro de si”, a sua superação. Hoje em dia, ela não serve para muita coisa. Esse padrão se repete nas demais histórias das ciências naturais. Dificilmente um físico quântico irá procurar encontrar qualquer pista sobre a estrutura do elétron em Aristóteles. Em palavras muito sucintas, dentro deste contexto da história da física, o valor epistemológico das teorias do passado são medidas pelas teorias atuais. Uma teoria feita 400 há anos pode ter valor epistêmico ou porque ainda hoje permanece em pé ou porque serviu de precursora, como fonte de inspiração, para uma teoria atual.

Feita essas considerações, pode-se perguntar: é possível transpor esse padrão descrito acima para a historiografia da psicologia? O que defendo, por mais paradoxal que seja, é que a resposta a essa pergunta depende, em grande medida, daquilo que o historiador entende como psicologia e, mais profundamente, do que ele entende como sendo o *ser humano*. Não é, portanto, coincidência que o modelo historiográfico acima citado esteja presente nos historiadores da psicologia que sejam adeptos da psicologia experimental, do comportamentalismo ou do que quer que seja que se denomine “psicologia científica”. Por outro lado, se o historiador parte da premissa, muitas vezes não explicitada, de que *a mente humana se constitui em correlação com a história e a sociedade*, fica claro que, neste caso, o modelo de história válido nas ciências naturais não pode ser adotado. Isso porque, se o objeto da psicologia, ao contrário da natureza, varia e se transforma com o tempo, é de se esperar que também as teorias psicológicas variem. Essa posição pode ser mais ou menos radical e pode assumir muitas formas.

O que Husserl defende é que a consciência possui uma estrutura formal universal e necessária, que, em sua essência, não varia historicamente nem culturalmente. Aponto duas destas estruturas: o fluxo de consciência e a intencionalidade. Não há consciência sem fluxo e sem intencionalidade. O que varia é a forma como essas estruturas se atualizam em cada indivíduo singular, bem como os conteúdos do eu. Esses conteúdos dizem respeito às maneiras da pessoa se deixar motivar, à sua visão de mundo, e são dependentes de fatores sócio históricos bem com da história de vida do próprio indivíduo no seu mundo cultural. O que defendo é que, longe de impedir ou atrapalhar o estudo histórico, a evidenciação desta estrutura básica, apenas o auxilia e contribui ao trabalho do historiador. Isso porque a elucidação da estrutura essencial, daquilo sem a qual uma consciência não poderia ser consciência, não é uma *teoria* psicológica, pois não possui nem elementos hipotéticos nem indutivos. Justamente por isso, por ser uma estrutura mínima sem elementos hipotéticos, construtivos ou indutivos, o seu conhecimento permite um fazer histórico consequente ou pelo menos coerente sem recair no anacronismo, propiciando uma ponte entre o agora e o passado, por meio da qual se torna viável uma elucidação mais precisa de outras teorias que abordaram a mente ou a consciência. Não se trata, portanto, de analisar o passado sem pressupostos, mas de ter o mínimo possível de pressupostos, ter consciência deles e explicitá-los, para que o fazer histórico não seja ingênuo.

Referência:

Husserl, E. *Phänomenologische Psychologie*. Vorlesungen Sommersemester 1925. (Hua 9). Haag: Martinus Nijhoff, 1962.

William Barbosa Gomes e Marlos Mello

A PSICOLOGIA POLÍTICA DE VICTOR DE BRITTO (1856-1924)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFRGS

A presente exposição traz uma análise historiográfica do estudo crítico de psicologia política de Victor de Britto (1908) sobre as personalidades de dois reconhecidos políticos gaúchos do século XIX, Gaspar da Silveira Martins (1835-1901) e Julio Prates de Castilhos (1860-1903). Os dois personagens representavam duas propostas políticas para o governo do Brasil, por meio dos partidos liberal e republicano. Silveira Martins, que havia sido um destacado defensor da Monarquia, era parlamentarista e federalista, defendia um governo democrata com instituições livres e representativas. Castilhos, grande propagandista do regime republicano, era sociocrático e positivista, defendia um presidencialismo centralizador, com representatividade induzida pelo Estado. Para Britto, trata-se de duas histórias que se complementam diante de fatos políticos marcantes do Brasil do século XIX, como a Proclamação da República e as novas constituições para o Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, e para o Estado do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891. O confronto entre as duas personalidades e seus ideais ocorreu com Revolução Federalista que durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. A vitória castilhista com apoio do governo federal consolidou uma forma de governo de inspiração positivista, não só para o Rio Grande do Sul com a continuidade dos governadores Borges de Medeiros (1863-1961) e Getúlio Vargas (1882-1954), como para o Brasil com o presidente Getúlio Vargas.

Victor de Britto nasceu em 15 de outubro de 1856 na cidade de Valença - BA hoje conhecida como a capital do camarão e base do polo turístico para acesso às praias do Morro São Paulo na Ilha de Itararé, a 115 km via *ferry-boat* da capital Salvador. Graduou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1878, com a tese “*Pustula Maligna*¹¹; Sua Curabilidade. Indicar As Bases Para Um Tratamento Racional” (Meirelles, Santos, Oliveira, Lemos-Junior, & Tavares-Neto, 2004). Após três anos de prática médica em Valença, Britto transfere-se para Pelotas – RS, onde atende como médico geral. Em 1884 foi à Paris estudar oftalmologia com os professores Louis de Wecker (1832-1906) e Plotino Panas (1832-1903). No retorno estabelece-se em Porto Alegre aonde foi diretor da Casa de Saúde Porto-alegrense, cofundador da Faculdade de Medicina, e cofundador da Sociedade de Medicina. Na Faculdade de Medicina, que foi inaugurada em 1898 como a terceira do Brasil, hoje integrada à UFRGS, ele foi professor de clínica oftalmológica e vice-diretor. Em 1904 volta à Europa para estudar otorrino-laringologia em Viena e doenças nervosas em Paris. Participou ativamente da vida política como propagandista da república ao lado de Julio de Castilhos; como vereador de Pelotas na legislatura 1883-1886 (CMP, 2012); e como deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre 1912 e 1914. Entre os seus escritos destacam-se conferências e artigos para o Correio do Povo e discursos, entre elas a de 1903 sobre *O sufrágio universal e a Democracia Representativa*. Com efeito, como deputado federal, ele apresentou à Câmara de Deputados em 11 de agosto de 1914 estudo crítico de legislação comparada em defesa do sufrágio universal. Victor de Britto faleceu em Porto Alegre no dia 24 de outubro de 1924.

O interesse pelo estudo de Victor de Britto atém-se a dois aspectos notórios associados à história da psicologia no Rio Grande do Sul. Primeiro, o parentesco de Victor de Britto com o segundo catedrático de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos meados dos anos 1940. Segundo, a utilização do termo psicologia política em publicação brasileira de 1908. Victor de Britto foi avô de Victor de Britto Velho (1915-2006), que como assistente assumiu a cátedra com a transferência do primeiro catedrático, Décio Soares de Souza (1907-1970), para Londres a fim de realizar análise didata com Melaine Klein (1882-1960) (ver Campos, 2001). Por sua vez, Britto denominou sua análise de psicologia política 47 anos após o termo ter sido introduzido pelo etnologista alemão Adolf Bastian (1826-1905) em seu *Werk Der Mensch in der Geschichte* (O Homem na História) publicado em 1860. No entanto, o autor recorrentemente mencionado na análise é o francês Gustave Le Bon (1841-1931), certamente inspirado no *Les lois psychologiques de l'evolution des peuples* publicado em 1874, e o escocês Thomas Carlyle (1795-1881), possivelmente

¹¹ Pequeno tumor inflamatório da pele, que se torna purulento, escuro, produzida no homem pelo bacilo do carbúnculo.

influenciado pela leitura de *Heroes and Hero worship e Past and Present* publicado em 1897. Segundo Rios (2004) as obras de Carlyle eram de leitura corrente no Brasil na virada do século XIX para o século XX por estudantes e intelectuais. Por conseguinte, a análise de Britto explorando justamente as relações entre personalidade e autoritarismo precede o texto que irá se tornar a grande referência no campo, o *Totem und Tabu* de Sigmund Freud (1856-1939), que só será publicado em 1913. Mais uma vez, um autor brasileiro estava à frente do seu tempo, sem, contudo, contar com a infraestrutura adequada para pesquisa que em nosso país ocorreu tardiamente, no segundo quarto do século XX.

Psicologia política é um campo de estudo interdisciplinar que explora as relações entre as ciências políticas e a psicologia. Na atualidade, pesquisas em psicologia política valem-se tanto de métodos quantitativos quanto de análises qualitativas. McGuire (2004) descreveu o desenvolvimento dos estudos de psicologia política no século XX em três fases: 1) personalidade e cultura, 2) atitudes e comportamento eleitoral, e 3) ideologia. O estudo de Britto claramente encaixa-se no espectro de personalidade e cultura. Assim, a relação entre personalidade e política foi o primeiro foco da psicologia política, muito influenciada pelo a teoria psicanalítica, abrangendo tanto os estudos de personalidade autoritária quanto a psicologia das multidões. Nesta primeira fase destacava-se o perfil da personalidade autoritária, das elites políticas e suas lideranças, das relações entre personalidade e política, e da relação motivacional entre líderes e seguidores. O estudo pioneiro de Britto atenderia a esses critérios.

O pequeno compêndio compõe-se de 66 páginas, cuja mancha gráfica é de aproximadamente 90 por 150 mm. O texto inicia com um preâmbulo de sete páginas nas quais o autor expõe o seu entendimento evolucionário e psicosocial da história, dedicando a seguir 24 e 29 páginas, respectivamente, a aspectos relevantes para a história política das personalidades de Martins e Castilhos. A publicação inclui uma fotografia de cada personagem (Martins, p. 12; Castilhos, p. 36). Para Britto (1908, p. 5) a história de um povo:

É produto de uma evolução no tempo e no espaço, ao império das leis da Natureza, sob o influxo diferenciador dos factores cósmicos, dos elementos étnicos e biológicos, sob influencia das crenças religiosas e dos princípios sociológicos.

Ele se mostra atento ao desenrolar da teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903), cujo principal difusor no Rio Grande do Sul foi o jornalista nascido na Alemanha, Carlos Von Koseritz (1830-1890,) com o livro *A Terra e o Homem à Luz da Moderna Ciéncia*, publicado em 1884. Britto (1908, p. 9) justifica o seu método em Carlyle (1897) para quem “a história da humanidade é produto das biographias de seus heróes”. Logo a seguir descreve Martins como “o maior herói da tribuna brasileira” e Castilhos como “a maior individualidade do Brasil republicano.” Embora biográfico, as considerações de Britto orientaram-se na procura de traços psicológicos que de alguma forma respondiam a um determinismo maior que alenta a história dos povos, incluindo considerações sobre temperamento e tipologia física. Desde modo, o trabalho diferencia-se do estilo geral das biografias. O estilo do texto é grandioso, um tanto barroco pela superabundância, escultural, e idealista.

O plano geral da análise foi definido pelo autor (Britto, 1908, p. 10-11) como um trabalho de síntese “dentro dos limites intrasponíveis da verdade e dos dictames da critica imparcial”:

Encarei as individualidades de Gaspar Martins e Julio de Castilhos em suas relações com os altos problemas sociais, em que mais activamente se agitaram seus espíritos no scenario político nacional: em nome de que Ideaes se apresentaram, como se desempenharam nos papeis que a Fortuna lhe commetetteu; qual o juizo de seus coevos e o da Posteridade que começa, quaes os feitos que os enalteceram e os legados que deixaram á Patria; quaes os corollários, que se estão impondo na actualidade, da influencia por elles exercida nos destinos do Rio Grande do Sul.

Britto apresenta Gaspar da Silveira Martins como o gigante da palavra, com voz altissonante, possuidor de corpo atlético, exemplo de beleza máscula, “fronte espaçosa indicando as proporções de um cérebro inteligente” (p. 14). Prossegue dizendo que os “gestos permittiam interpretar-lhe o pensamento quasi com a mesma precisão com que o raio annuncia os estrondos do temporal” (p. 14). Conclui a descrição dizendo que:

Esses atributos eram completados por um caráter altivo e nobre, franco e expansivo, e por um temperamento fogoso, o temperamento deste povo rio-grandense que elle tanto amava, e ninguém melhor do que elle enalteceu e personificou. (p. 14)

Em contraste, Julio Prates de Castilhos é apresentado como grande jornalista, polemistas e excelente escritor, um dos maiores que o Brasil já conheceu. Conclui a descrição do dizendo que:

Era dotado de uma caráter nobre e altivo, mas reservado e retrahido; de um temperamento enérgico, mas calmo e reflectido. Sua moral fazia lembrar a austeridade de um puritano. (p. 38)

A psicologia política de Victor de Britto pode ser analisada pelos planos filosóficos da ontologia, epistemologia, e ética, a exemplo de Morris (1961). O seu objeto (ontologia) é o determinismo social de cunho idealista. Ele vê a evolução social dentro dos mesmos princípios da evolução biológica, ou seja, o ajuntamento humano como uma necessidade básica de sobrevivência. Para dar sentido ao seu ajuntamento, grupo ou sociedade, os humanos creem ser inspirados por uma divindade, cantam a sua terra como a mais bela e a mais iluminada, pegam em armas em defesa não somente do grupo e das terras, mas de seus ideais, colocando-se diante do mundo como portadores de uma grande missão. A diferenciação e o progresso de destes ajuntamentos ou sociedade dependem das novas ideias introduzidas, realizadas e consolidadas por grandes líderes. Esses líderes destacam-se por suas individualidades nas quais a consciência enquanto síntese do sentir, do querer, e do pensar, manifesta-se no juízo e na ação intencional, conforme os recursos da vontade (a ação política), da inteligência (a estratégia de ação) e da memória (conhecimento tácito).

A epistemologia que responde a pergunta de como se pode conhecer e criticar o movimento e a cumplicidade dos povos em relação a seus líderes está no exercício da pesquisa histórica. O historiador traz um juízo superior capaz de com serenidade examinar os elementos que atiçaram o determinismo social que levam os povos a guerra ou a paz. No entanto, ressalva que a evolução biológica difere da evolução social. A primeira é lenta, pois requer adaptação, depuração e seleção para consolidar as mutações. Ao contrário, a evolução social está mercê das intervenções na forma de governo (revoluções militares) e na condução da economia (planos econômicos, por exemplo).

A ética da psicologia social de Britto está na ação carismática dos grandes líderes e heróis, na força de suas ideias e da filosofia que as sustentam. Neste carisma encontra-se a sedução que as lideranças exercem sobre os povos e o modo como os povos percebem o governo dos seus líderes amados. No entanto, a opinião pública, mesmo importante, não supera em grandeza e perspicácia as ideias inovadoras dos grandes líderes. Os humanos comuns nada deixam, quando muito um legado à família. Somente os grandes heróis com suas novas ideias são capazes de engrandecer o destino dos povos e as grandes realizações humanas.

A psicologia política de Britto pode se resumida em três grandes aspectos: o determinismo social e a evolução dos povos; a capacidade inovadora das lideranças e de suas ideias; o papel crítico e superior do historiador.

Referências

- Bastian, A. (1860). *Werk Der Mensch in der Geschichte*. Leipzig: Verlga von Otto Wigand.
- Britto, V. (1908). *Gaspar Martins e Julio de Castilhos: Estudo crítico de psychologia política*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria Americana
- Burke, K. (1969). *A grammar of motives*. Berkeley: University of California Press.
- CMP (2012). *Legislaturas*. Recuperado em 25 de março de 2012 da Câmara Municipal de Pelotas: <http://www.camarapel.rs.gov.br/historia/>
- Campos, R. H. F. (2001) *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*. RJ: Imago/Brasília: CFP.
- Carlyle, T. (1897) *Heroes and Hero worship*. New York: The Macmillian Company.
- Freud, S. (1996). *Totem e Tabu* (O. C. Muniz, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em alemão, 1913)
- Rios, José Arthur (2004). “Carlyle e o Brasil”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, 38, 159-168.
- Koseritz, C. (1884). *A terra e o homem à luz da moderna ciência*. Porto Alegre: Tip. Cundlach.
- Le Bon, G. (1947). *La psychologie des foules*. Paris: Presses Universitaires de France. Original publicado em francês, 1895.
- McGuire, (2004). The poly-psych relationship: Three phases of a long affair. In J. T. Jost & J. Sidanius (Eds.) *Political psychology* (pp. 26-39). New York: Psychology Press.
- Meirelles, N. S., Santos, F. C., Oliveira, V. L. N., Lemos-Junior, L. P., & Tavares-Neto, J. (2004). Teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928. *Gazeta Médica da Bahia*, 74(1), 9-101.
- Morris, V. C. (1961). *Philosophy of the American school*. Boston: Houghton Mifflin and Company.

Cristina Lhullier, Daniela Ribeiro Schneider, Helena Beatriz Kochenborger Scarparo e Maria Stella Brandão Goulart

I ENCONTRO DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA SAÚDE MENTAL: RESULTADOS E AVALIAÇÃO

Afiliações Institucionais: UCS, UFSC, PUC-RS e UFMG

A produção de investigações a respeito da história da saúde mental no Brasil aumentou na última década (Fachinetti, 2010; Lima & Holanda, 2010). Essa caracteriza-se pela flexibilização das fronteiras disciplinares e pela utilização de diferentes métodos historiográficos, abrangendo pesquisas desenvolvidas nas áreas da psicologia, psiquiatria, antropologia, enfermagem, serviço social, entre outras. O termo saúde mental foi cunhado, entre as décadas de 1960 e 1970, pela psiquiatria preventiva comunitária buscando expressar as propostas de reforma para o até então chamado setor psiquiátrico de modo a ampliá-lo com a abertura para a intervenção multiprofissional na atenção ao doente mental. O mote eram as críticas ao modelo de assistência anterior, principalmente aquelas relacionadas à excessiva centralidade na atenção hospitalar e seus gastos elevados, trazendo a perspectiva de prevenção e de intervenção ambulatorial. Tais propostas estão na base, ainda que de forma não linear e perpassada por contradições, das posteriores mudanças na área, ocorridas nos anos 1980 e 1990, que se consolidaram como políticas públicas governamentais a partir da última década do século XX e constituíram a chamada Reforma Psiquiátrica brasileira (Luz, 1994; Paulin & Turato, 2004; Santos, 1994). A proposta de realização do I Encontro de Pesquisadores em História da Saúde Mental surgiu no âmbito das discussões do Grupo de Trabalho em História da Psicologia durante o simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia de 2010. A ideia central desse evento foi gerar oportunidades para compreender a produção de fazeres e práticas em saúde mental, tendo em vista as concepções e seus efeitos na consolidação ou flexibilização de procedimentos, profissões, normativas e lugares sociais que compõem o amálgama das políticas e práticas contemporâneas. O I Encontro realizou-se nos dias 4 e 5 de agosto de 2011 no campus da Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis/SC. Além do apoio dos componentes do GT de História da Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e do Núcleo de Pesquisas em Psicologia Clínica (PSICLIN/UFSC), o evento recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível de Superior (CAPES). Contou com a participação de 132 inscritos entre pesquisadores, profissionais, professores, estudantes de graduação e pós-graduação de variadas áreas do conhecimento. Dois pesquisadores internacionais convidados tomaram parte no evento: Dr. Ernesto Venturini, de Bolonha – Itália, e Dra. Lucia Rossi, da Universidade de Buenos Aires – Argentina. As apresentações dos trabalhos foram divididas em cinco eixos temáticos: 1. história das instituições psiquiátricas e do contexto em que se constituíram; 2. epistemologia do campo da saúde mental; 3. história das políticas em saúde mental; 4. história dos serviços substitutivos e ações em saúde mental e 5. história dos movimentos sociais que atuam no campo da saúde mental. Os textos completos das conferências, mesas-redondas, comunicações orais e pôsteres foram publicados no formato de *e-book*, disponível para acesso no endereço eletrônico <http://www.encontrohistoriasm.ufsc.br/files/2011/09/revista.pdf>. Uma análise do conteúdo dos 59 resumos das comunicações orais e pôsteres apresentados no evento foi realizada e será publicada no número especial do *Interamerican Journal of Psychology* dedicado à História da Psicologia na América Latina. Dentre os resultados dessa análise, destaca-se a predominância das metodologias qualitativas e da análise de documentos como procedimentos investigativos na história da saúde mental no país. No eixo temático história das instituições psiquiátricas e do contexto em que se constituíram, os estudos se direcionaram à análise crítica do paradigma asilar e seus efeitos em contextos delimitados – asilos, manicômios, hospitais psiquiátricos, entre outros. O período histórico com o maior número de pesquisas foi a primeira metade do século XX. No eixo epistemologia do campo da saúde mental, as investigações apresentadas abarcam o final do século XIX e início do século XX e dedicam-se ao exame dos processos de constituição do saber psiquiátrico associado à produção das ideias psicológicas. Os trabalhos que compõem o eixo história das políticas públicas em saúde mental relacionam-se ao processo de implantação da Reforma Psiquiátrica no Brasil e

percorrem o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990. Destaca-se neste eixo o uso da estratégia de coleta de dados baseada na história oral e a referência às Conferências Nacionais de Saúde Mental. O eixo que trata da história dos serviços substitutivos e das ações em saúde mental caracteriza-se pela divisão entre as pesquisas apresentadas. No tocante aos serviços substitutivos, essas possuem uma demarcação geográfica bem definida, pois se referem ao percurso histórico de um serviço em particular. Já os relatos das ações em saúde mental descrevem atividades realizadas junto a um ou mais atores sociais envolvidos na rede de atenção à saúde mental – usuários, familiares e profissionais. Neste eixo, o período histórico circunscreve-se aos anos seguintes à implantação da Reforma Psiquiátrica no país. E o eixo dedicado à história dos movimentos sociais que atuam no campo da saúde mental apresenta trabalhos que investigam o final do século XX, a partir da década de 1980, e o início do século XXI. Os temas investigados articulam o movimento da luta antimanicomial, a implementação do Sistema Único de Saúde e a Reforma Psiquiátrica brasileira. Ao final do I Encontro, foi organizada uma roda de conversa com o intuito de avaliar o evento. Foi levantada a necessidade de maior organização da documentação referente os tópicos da história da loucura, da história da psicologia, psiquiatria e disciplinas afins. Uma possibilidade seria o desenvolvimento de um banco de dados comum, o que facilitaria tanto o acesso ao que já foi produzido como a divulgação de novas investigações. Também se percebeu a necessidade de maior interligação dos grupos de pesquisa brasileiros e latino-americanos, sendo uma das propostas para o futuro o desenvolvimento de projetos conjuntos. Outro aspecto que merece maior integração é entre os pesquisadores acadêmicos e os profissionais que atuam na rede de atenção à saúde mental e os usuários destes serviços, com o intuito de torná-los participantes efetivos na produção de conhecimento sobre a história da saúde mental. As investigações sobre a história da saúde mental nas instituições do setor privado brasileiro foi lembrada como um profícuo campo de ampliação das pesquisas, que têm se concentrado no setor hospitalar público. Concluiu-se que eventos como o I Encontro têm a função de manter o vigor da história e da memória da saúde mental, destacando as nuances locais e regionais, de modo que todos os atores desta área de múltiplas interfaces possam agir como divulgadores dos pressupostos que embasam a Reforma Psiquiátrica brasileira.

Referências

- Fachinetti, C. (2010). Carta da editora convidada. *História, Ciência, Saúde — Manguinhos*, 17(supl. 2), 283-286.
- Lima, A. A. & Holanda, A. F. (2010). História da psiquiatria no Brasil: uma revisão da produção historiográfica (2004-2009). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 572-595.
- Luz, M. T. (1994). A história de uma marginalização: a política oficial de saúde mental. In, P. Amarante (org.). *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica* (pp. 85-95). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Paulin, L. F. & Turato, E. R. (2004). Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, 11(2), 241-258.
- Santos, N. (1994). *Do hospício à comunidade: políticas públicas de saúde mental*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas.

Emails para contato com os autores/membros do GT

“Adriano Furtado Holanda” <aholanda@yahoo.com>,
 “Alexandre de Carvalho Castro” <o.aken@uol.com.br>,
 “Ana Maria Jacó-Vilela” <amjaco@uol.com.br>,
 “Cristiana Facchinetti” <cristianafac2011@gmail.com>,
 “Cristina Lhullier” <cris.lhullier@yahoo.com.br>,
 “Érika Lourenço” <lourenco_erika@yahoo.com.br>,
 “Eustáquio José de Souza Júnior” <eustaquiojunior@gmail.com>,
 “Francisco Teixeira Portugal” <fportugal@ufrj.br>,
 “Helena Beatriz K. Scarparo” <helena.scarparo@gmail.com>,
 “Isabelle de Paiva Sanchis” <isabellesanchis@yahoo.com.br>,
 “Keyla Mafalda de Oliveira Amorim” <keylamafalda@gmail.com>,
 “Lidiane de Oliveira Goes” <lidianegoes@yahoo.com>,
 “Marcela Franzen Rodrigues” <celafranzen@yahoo.com.br>,
 “Maria do Carmo Guedes” <mcgueedes@pucsp.br>,
 “Maria Fernanda Costa Waeny” <fernanda.waeny@uol.com.br>,
 “Maria Lucia Boarini” <mlboarini@uol.com.br>
 “Maria Stella Brandão Goulart” <goulartstella2011@gmail.com>,
 “Marina Massimi” <mmassimi3@yahoo.com>,
 “Nádia Rocha” <nrocha@frb.br>,
 “Piotr Trzesniak” <piotrzeze@gmail.com>,
 “Rachel Nunes Cunha” <rdacunha@unb.br>,
 “Raquel Martins de Assis” <rmassis.ufmg@gmail.com>,
 “Renata Patricia Forain de Valentim” <renatapfvalentim@gmail.com>,
 “Roberta Gurgel Azzi” <betazzi@uol.com.br>,
 “Roberta Vasconcelos Leite” <vasconcelosroberta@yahoo.com.br>,
 “Robson Nascimento da Cruz” <robsoncruz78@yahoo.com.br>,
 “Rodrigo Lopes Miranda” <dingoh@gmail.com>,
 “Saulo de Freitas Araujo” <saulo.araujo@ufjf.edu.br>.
 “Sávio Passafaro Peres” <savioperes@yahoo.com.br>,
 “Sérgio Dias Cirino” <sergiocirino99@yahoo.com>,
 “William Barbosa Gomes” <gomeswb@yahoo.com>,
 “Yuri Elias Gaspar” <yurieliasgaspar@yahoo.com.br>,